



Horacio Nogueira Pizzolante

**Desvendando o cotidiano urbano
militarizado: A Operação Segurança Presente
na cidade do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da PUC-Rio como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Henrique de Souza
Ferreira

Rio de Janeiro

Junho de 2018



Horacio Nogueira Pizzolante

Desvendando o cotidiano urbano militarizado: A Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção para o grau de Mestre em Geografia. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Orientador
Departamento de Geografia e Meio Ambiente –
PUC-Rio

Profa. Dra. Regina Célia de Mattos

Departamento de Geografia e Meio Ambiente –
PUC-Rio

Prof. João Rua

Departamento de Geografia e Meio Ambiente –
PUC-Rio

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Horacio Nogueira Pizzolante

Graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Pizzolante, Horacio Nogueira

Desvendando o cotidiano urbano militarizado : a Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro / Horacio Nogueira Pizzolante ; orientador: Alvaro Ferreira. – 2018.

91 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2018.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Militarização. 3. Cotidiano. 4. Metropolização. 5. Segurança pública. 6. Operação Segurança Presente. I. Ferreira, Alvaro. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD:910

À minha irmã, Beatriz

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Alvaro Ferreira, pela confiança, incentivos e dedicação de tantos anos. Por instigar a busca pela utopia em todas veredas da vida.

À Professora Regina Célia de Mattos, pelo carinho de sempre e pelos ensinamentos que vão além da academia e ao Professor Luciano Ximenes Aragão, pela disponibilidade e atenção. A ambos pela participação na Comissão Examinadora.

Ao Professor João Rua, pela sensibilidade e por ser quem é, me motivando a nunca deixar de lutar pelos meus sonhos.

A todos aqueles com quem divido sonhos e utopias, em especial: Alexandre, Artur, Bernardo, Connor, Dalvi, Daniel, Elisa, Felipe, Francisco, Isabella, Isla, Juliana, Leon, Lucas, Luciano, Luiz, Mariana, Mateus, Pedro e Rafael.

Aos meus colegas e amigos da PUC: da graduação, da pós-graduação, do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização, aos professores e aos funcionários, em especial a imprescindível Edna.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ser realizado.

Acima de tudo agradeço à minha família. À minha irmã Beatriz e aos meus pais, Rosana e Romulo, pelos estímulos oriundos do carinho de cada dia, e por me ensinarem a cada vez a importância do estudo. À minha avó, exemplo de vida, independência e perseverança. A todos os que vieram antes de mim e demonstraram que o caminho, afinal, é possível de ser percorrido, como meus primos Alice e Miguel, minhas tias Helena e Magda e meu tio Breno – e aos que vieram depois e estão aqui comigo: Anna Teresa, Anna Francisca, Zeca, Martín e Olavo. Aos meus avós Dyrceu, Abigail e João, em memória.

Resumo

Pizzolante, Horacio Nogueira; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza (Orientador). **Desvendando o cotidiano urbano militarizado: A Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2018. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O processo de metropolização do espaço é característico do presente momento histórico do capitalismo, em sua fase neoliberal. Nesse contexto, a produção do espaço assume novas formas de dominação e controle da vida cotidiana nunca antes imaginadas. A criação de novos setores da economia e a importância crescente do terceiro setor da economia inauguram esta nova fase da economia mundial, agora dependente da reprodução espacial. Dessa maneira, decorrem do processo de metropolização do espaço outros processos subsidiários, como é o caso do processo de militarização do espaço, que pode ser constatado nas mais distintas áreas urbanas do planeta, por motivos semelhantes ou singulares. Na cidade do Rio de Janeiro, apresentam-se diferentes aspectos de ambos os processos, e um deles é a Operação Segurança Presente. A operação é resultado da associação da Fecomércio-RJ (Federação de comércio de bens, serviços e turismo no Estado do Rio de Janeiro) e, no caso específico do Centro, com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A colaboração entre estes atores sociais para a promoção de segurança pública para algumas localidades da cidade do Rio de Janeiro é, sob muitos aspectos, um caso inédito, o que o torna consideravelmente relevante. Denota uma característica importante do capitalismo neoliberal contemporâneo, da indefinição entre público e privado, além de evidenciar novas formas de vigilância e controle da vida cotidiana.

Palavras-chave

Militarização; cotidiano; metropolização; segurança pública; Operação Segurança Presente.

Abstract

Pizzolante, Horacio Nogueira; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza (Advisor). **Unraveling the urban and militarized everyday life: the ‘Operação Segurança Presente’ in the city of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The metropolization process is typical of the present historical moment of capitalism in its neoliberal phase. In this context, the production of space takes on new means of domination and control of everyday life never imagined before. The creation of new economic sectors and the rising relevance of the third economic sector begin this new phase of the world economy, which now depends on spatial reproduction. This way, other subsidiary processes follow from the metropolization process, such as the militarization of space process that may be found in many different urban areas around the globe, either by similar or singular reasons. In Rio de Janeiro, there are many different aspects of both processes, and one of them is the ‘Operação Segurança Presente’. This operation results from the association between Fecomércio-RJ, the Rio de Janeiro’s State Government and, in the central area specific case, the City Hall. Such collaboration between these social actors for the promotion of public security is, in many ways, unprecedented, which makes it extremely relevant. It means a very important characteristic of nowadays neoliberal capitalism, the lack of definition whether it’s a public or private matter, besides the new ways of surveillance and control of everyday life.

Keywords

Militarization; everyday life; metropolization; public security, ‘Operação Segurança Presente’.

Sumário

1. Introdução	11
2. Segurança ostensiva e preventiva: A implantação e as representações da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro.....	26
3. Segurança pública ou privada? Os desdobramentos da Operação Segurança Presente para a cidade do Rio de Janeiro e seus cidadãos	53
4. Considerações finais	77
5. Referências	85

Lista de figuras

Figura 1: Localização das quatro áreas da Operação Segurança Presente. ...	19
Figura 2: Base móvel da Operação Segurança Presente no Centro da cidade do Rio de Janeiro, no Largo da Carioca	24
Figura 3: Reportagem do Jornal O Globo noticiando arrastões no Rio de Janeiro	28
Figura 4: Unidade de Polícia Pacificadora no Complexo do Alemão.	49
Figura 5: Unidade da Operação Segurança Presente no Centro Integrado de Comando e Controle da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.....	50
Figura 6: 'Prisômetro' da Operação Segurança Presente	69
Figura 7: Bairros com mais tiroteios no Rio de Janeiro	73
Figura 8: "Locais com três civis mortos ou mais na Região Metropolitana [do Rio de Janeiro] em 2017", mapa do Projeto Fogo Cruzado	75
Figura 9: Abordagem de moradores de rua por agentes da OSP.	79

Lista de siglas e abreviações

Av. – Avenida

C.O.R. – Centro de Operações Rio

CICC – Centro Integrado de Comando e Controle

OSP – Operação Segurança Presente

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

Introdução

O presente estudo é fruto de inquietações que partem da vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro e se alicerçam em discussões acadêmicas, sejam filosóficas ou científicas, sobre o espaço e sua produção (social). Acreditamos na indissociabilidade entre os mais distintos momentos da vida, pois é no cotidiano que se dá a reprodução das relações sociais de produção. A vigilância e a dominação estão em voga na sociedade contemporânea, denominada por alguns autores de sociedade de controle. No presente momento histórico, hábitos, gestos e costumes, que se realizam na escala local, passam a ser difundidos e compartilhados globalmente com a mediação da metrópole, e o mesmo ocorre com a produção do espaço: assume todas as dimensões e escalas da sociedade. A este processo denominamos metropolização do espaço (FERREIRA, 2015; LENCIONI, 2011).

Portanto, afirmamos que nosso embasamento teórico-conceitual parte do pressuposto do processo de metropolização do espaço, de acordo com o qual a urbanização completa da sociedade, vislumbrada pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em meados da década de 1970, já se consolidou. Isto não implica dizer que toda a extensão do planeta assume a morfologia urbana, pois a urbanização do espaço e da sociedade refere-se às dimensões objetiva e subjetiva da realidade, envolvendo os mais diferentes níveis e escalas em sua produção e metamorfoseando o território (LENCIONI, 2013). Significa afirmar que a atual dinâmica de produção e reprodução do espaço e das relações sociais realiza-se desigualmente em todas as escalas do espaço, indo da local à global, realizando-se na metrópole e invadindo todos os aspectos da vida cotidiana (CARLOS, 2011).

Considerando a relevância do processo de metropolização do espaço para o desenvolvimento da presente dissertação de mestrado, principiaremos por definir nossa compreensão a respeito do conceito de espaço. Ao longo dos anos, diversos autores das mais distintas correntes

de pensamento geográfico se debruçaram sobre o tema, que ainda gera profundos debates teóricos.

Seguindo nosso embasamento teórico-conceitual, dialogaremos, principalmente, com autores de base marxista, como é o caso do supracitado Henri Lefebvre. Somado a ele, destacam-se os geógrafos britânicos David Harvey e Doreen Massey. Observamos grande confluência na obra destes autores, os quais nos serão imprescindíveis, até mesmo porque muitas vezes estes citam uns aos outros. Entre os brasileiros, destaca-se Rogério Haesbaert, grande responsável pelo desenvolvimento do conceito de território e seus desdobramentos na Geografia latino-americana. Ainda se tratando de geógrafos brasileiros, resgataremos as interpretações de Marcelo Lopes de Souza e, como não poderia ser diferente, de Milton Santos, que naturalmente inspirou aos demais autores conterrâneos.

David Harvey é um dos poucos geógrafos contemporâneos responsáveis pela criação de uma teoria essencialmente geográfica, a dos desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2000). Tendo isso em vista ao considerar a relevância de sua obra para a Geografia crítica de cunho marxista, sua análise e aplicação fazem-se necessárias.

A teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais divide-se em dois elementos indissociáveis: a produção das escalas espaciais e a produção da diferença geográfica. Com isso, o autor indica que a produção da diferença geográfica não é um legado, pois está ocorrendo em todas as dimensões e escalas, concomitantemente. A análise, portanto, deve ser dialética, para que possa abarcar as diferenças da realidade e também suas representações, em seus sentidos multiescalar e multidimensional.

Através de nossa perspectiva analítica, percebemos que não só a escala global exerce forte papel na escala do lugar, mas a própria percepção local do fenômeno global interfere na manifestação no lugar desse fenômeno. Ou seja, a maneira como a sociedade (re) produz o espaço mantém um movimento dialético do lugar ao global e de volta ao lugar. (FERREIRA, 2011, p. 34).

O 'movimento dialético' ao qual Ferreira (2011) se refere aproxima as obras de Harvey e Doreen Massey, especialmente quando a autora apresenta sua noção de sentido global de lugar (MASSEY, 2000). Apresentada em um breve artigo datado de meados da década de 1990¹, sua interpretação do conceito geográfico de lugar por meio da noção de sentido global de lugar orientou, posteriormente, sua leitura do conceito de espaço na obra *Pelo Espaço* (2009), a qual analisaremos oportunamente.

Conforme Massey (2000), o lugar, conceituado de maneira progressista, jamais pode ser visto como estático, ideia que nos remete à produção da diferença geográfica, em Harvey. Ainda, afirma que os mesmos não possuem fronteiras definidas, noção que será retomada por Haesbaert (2014), e que, portanto, não possuem identidades únicas ou singulares. Por fim, mas não menos importante, ressalta a relevância da singularidade dos lugares, a qual jamais poderia ser negada por completo pela homogeneização advinda da escala global.

A homogeneização é uma característica do processo de metropolização do espaço, mas esta não ocorre sozinha. Primeiramente apresentada por Karl Marx para o processo de trabalho, a tríade homogeneização – hierarquização – fragmentação foi apropriada por Henri Lefebvre para descrever as condições de produção e reprodução do espaço sob o capitalismo. Em estudos recentes, Lencioni (2011) e Ferreira (2015) aplicaram esta tríade analítica ao estudo do processo de metropolização do espaço.

Um dos maiores especialistas em língua portuguesa da obra da geógrafa inglesa Doreen Massey é Rogério Haesbaert. Ao dialogar com a autora, Haesbaert indica que a conceituação de lugar na geografia anglo-saxônica², especialmente por Massey, muito se assemelha à conceituação latino-americana 'pós-colonial' de território. Afinal, ambos compartilham das noções de produção e dinâmica em um sentido relacional. Ou seja, ambos o lugar e o território são constituídos por

¹ Nossa referência é da tradução para o português, datada de 2000.

² Adjetivo utilizado por Haesbaert (2014) que também usaremos.

identidades múltiplas e fronteiras fluidas e não necessariamente definidas, mas sempre em relação com as múltiplas dimensões e escalas espaciais.

Naturalmente, como vimos, a ideia de multiplicidade é fundamental na obra de Doreen Massey, assim como para Haesbaert, quando distingue multiterritorialidade e múltiplos territórios. Nesse contexto, indica que a primeira noção é mais ampla que a segunda, englobando-a. Isto porque a produção da multiterritorialidade contemporânea depende da multiplicidade de territórios e territorialidades (HAESBAERT, 2014).

Entretanto, o autor não se limita ao diálogo com Massey nem ao conceito de território, apresentando sua original metáfora explicativa da constelação de conceitos geográficos, na qual o espaço ocupa posição de pleno destaque, desempenhando função semelhante ao Sol, enquanto os conceitos de paisagem, território, região e lugar estariam orbitando em torno deste, sendo a ele subordinados.

Ao tratarmos o espaço geográfico a partir de nossos conceitos fundamentais, destacamos, ou melhor, focalizamos algumas de suas propriedades e/ou dimensões, nunca esquecendo que o que define nossa focalização, o privilegiamento de uma dessas dimensões, são as questões ou problemáticas que devemos enfrentar. Assim, quando enfatizamos ou focalizamos esse espaço através de questões ligadas às relações ou práticas de poder (que é também – às vezes sobretudo – poder econômico), estaremos de alguma forma nos referindo ao espaço enquanto *território*. (HAESBAERT, 2014, p.43; grifo do autor).

Em livro intitulado *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, Marcelo Lopes de Souza (2013) apresenta sua visão a respeito de uma abrangente gama de conceitos caros à Geografia e às demais ciências sociais, como espaço, território e paisagem. Apesar de ser, como o próprio autor descreve, uma introdução aos conceitos, reconhecemos a relevância desta obra por retratar fielmente distintas visões do conceito de espaço.

A princípio, Marcelo Lopes de Souza (2013) distingue espaço geográfico e espaço social, afirmando que o primeiro estaria associado à superfície terrestre, enquanto o segundo seria quando apropriado e produzido pela sociedade. Posteriormente, os associa, demonstrando que o conceito de espaço geográfico é mais amplo que o de espaço social,

englobando-o. Assevera sua posição ao explicar os conceitos de primeira e segunda natureza, ou seja, ao diferenciar os processos físicos e ecológicos das materialidades transformadas e produzidas pela sociedade.

Contudo, para o autor, o espaço social (e, portanto, o geográfico, no qual está inserido), não se limita à superfície terrestre e à natureza transformada e apropriada pela sociedade, a rigor, à dimensão material. Após demonstração sobre o conceito de território, o autor evidencia que o espaço social engloba, também, as relações sociais que nele se realizam, produzindo-o. Nesse sentido, o autor afirma que o estudo do espaço deve englobar, também, as relações sociais que o dinamizam e o produzem. Portanto, propõe a utilização do termo sócio-espacial para ressaltar a importância das relações sociais que produzem o espaço, em detrimento do termo socioespacial, no qual o prefixo 'socio' significaria uma mera adjetivação do espaço.

Julgamos relevante expor o posicionamento de Lopes de Souza (2013) para dele divergir em dois pontos próximos. O autor apresenta e desenvolve os conceitos de espaço geográfico e social partindo de concepções não científicas do tema. Consideramos que tal posição não se justifique, pois ressalta ainda mais as dicotomias e os reducionismos dos quais sofre a ciência geográfica. Somado a isto, o autor propõe a utilização do termo sócio-espacial, como dissemos, com o intuito de ressaltar a importância das relações sociais para a compreensão do espaço (SOUZA, 2013:16). Também nos contrapomos a este entendimento do autor, por julgarmos que seja redundante em termos científicos, afinal, o espaço é produzido via relações sociais. Afinal, temos em conta que o espaço é um produto social, portanto, certamente incorporado às relações sociais que nele se inserem e que o produzem. De acordo com célebre frase de Henri Lefebvre, o espaço é concomitantemente produto e produtor das relações sociais (LEFEBVRE, 1974)

Ainda que estejamos em desacordo com alguns posicionamentos pontuais de Souza (2013), precisamos também reconhecer a valia de sua

lucidez a respeito do conceito de espaço e de sua posição a respeito da obra de Henri Lefebvre, especialmente no que concerne à produção do espaço. Supomos que, em se considerando seu conhecimento do pensamento lefebvreano, o autor entende que a produção do espaço é – e só poderia ser – social, pois envolve as dimensões histórica, política e econômica.

Com base na obra de Lefebvre, os geógrafos foram capazes de deslocar a compreensão de coisas no espaço ou de produção *no* espaço – muito associado à compreensão de organização do espaço, de Roberto Lobato Corrêa, também exposto por Souza (2013, p.37) – para a produção *do* espaço, sendo inteiramente orientada de acordo com o modo de produção capitalista no presente momento histórico. Souza ressalta as múltiplas possibilidades presentes na obra de Lefebvre, incluindo-se aí uma alternativa ao pensamento marxista exclusivamente economicista e estruturalista. A produção, para Lefebvre, não se limita à produção de bens materiais, envolvendo a dimensão simbólica, assim como as relações sociais que ocorrem no espaço e que o produzem.

Ainda que Henri Lefebvre não tenha se dedicado ao estudo da Geografia enquanto saber científico, tendo se dedicado à Sociologia e à Filosofia, sua contribuição para esta disciplina foi inestimável, pois estudou o espaço e sua produção. Com isso, Lefebvre se tornou uma das principais referências do movimento acadêmico que ficou conhecido como “virada espacial”, momento no qual ocorreu o rompimento com a visão neopositivista na Geografia.

Buscando sua afirmação como saber científico, a Geografia baseou-se em métodos neopositivistas – como produção de modelos e análises estatísticas – até o começo da década de 1970. Desde então, com a consolidação da “virada espacial”, que ficou conhecida no Brasil como Geografia Crítica se difundiu na Geografia Humana. Deste movimento, surgiram a Geografia Crítica de cunho fenomenológico (denominada, por alguns, Geografia Humanística ou Geografia Cultural renovada) e também a Geografia Crítica de cunho marxista. Devido à sua capacidade de explicação e rigor teórico, além de seu conhecimento da

obra de Karl Marx e de muitos outros autores, Milton Santos foi, entre os autores brasileiros, a maior referência desse movimento.

Por fim, mas não menos importante – até mesmo porque influenciou a obra de nossas outras referências – Henri Lefebvre foi quem nos presenteou com a ideia de produção do espaço enquanto um processo em constante devir, noção compartilhada por Doreen Massey e outros. Além disso, o autor estudou profundamente as representações, as quais não são capazes de contemplar a realidade, por serem concomitantemente falsas e verdadeiras.

O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do *vivido* e se multiplica, manipulando o *vivido*. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise. (LUFTI et al, 1996, p. 89, grifos da autora).

Ao trabalhar com a lógica dialética – esforço que também nos empenharemos em realizar –, Lufti (1996) propõe, com base na obra do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, a aplicação da tríade dialética *representado* – *representante* – *representação*. Além disso, demonstrando sua relação com a dimensão vivida da realidade, indica a importância das práticas sociais para a análise³.

Almejando transcender o mundo das representações – o mundo da pseudoconcreticidade, como apresentado por Karel Kosik (1969) – para chegar à totalidade, investigaremos as ações que orientam a produção das cidades no presente momento histórico do capitalismo. Naturalmente, sabemos que muitos processos se repetem, mas há outros inéditos que demandam nossa atenção. É por essa razão que optamos por seguir os autores que analisam a realidade vigente sob a ótica do processo de metropolização do espaço. Um dos pressupostos é considerar a produção do espaço sempre em movimento, envolvendo todas as escalas – do local ao global, sendo a escala metropolitana uma mediação entre estas – e

³ Considerando sua importância para a produção do espaço, doravante as denominaremos práticas espaciais.

também as dimensões social, política, econômica e cultural, que jamais podem ser dissociadas, em sua análise.

Dessa maneira, asseveramos mais uma vez que o processo de metropolização do espaço é o sustentáculo da presente dissertação, ao longo da qual também trabalharemos com outros temas que a ele se remetem, como cotidiano e ação ou os processos de militarização e mercadificação do espaço.

Assim sendo, apresentamos nosso objeto como sendo o processo da implantação e a atuação da Operação Segurança Presente em diferentes localidades da cidade do Rio de Janeiro enquanto importante elemento dos processos de mercadificação e fragmentação da cidade, portanto, enquanto componentes do processo de metropolização do espaço.

Todos estes processos são multidimensionais e também multiescalares. Ou seja, se manifestam e se agravam na Operação Segurança Presente, mas de forma alguma se limitam a ela. A militarização, por exemplo, é um processo que pressupõe

A substituição de um Estado civil por um Estado militar e policial, centrado na vigilância desmedida – pois tudo e todos se tornam riscos e ameaças – e funda suas ações – da organização e da tecnologia às estratégias e táticas – na panóplia operacional que o militarismo oferece. (SANTOS, 2011, p. 126).

Cabe, portanto, uma breve introdução sobre as localidades nas quais foram instaladas a Operação Segurança Presente, representadas na Figura 1 (abaixo).



Figura 1: Localização das quatro áreas da Operação Segurança Presente. Fonte: elaboração própria.

Primeiramente, é importante ressaltar que trabalhamos com a noção de localidade, pois a Operação não abrange inteiramente nenhum bairro. No caso do Méier, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e se destaca por ser um centro com significativa variedade de comércio e serviços na região, além de facilidade de acesso por transporte público. A área do bairro na qual a Operação Segurança Presente⁴ se localiza é próxima à Rua Dias da Cruz, principal via do bairro e intensamente comercial, além da Praça Jardim do Méier e também o Hospital Salgado Filho, portanto, nas principais áreas do bairro. Desse modo, devemos frisar que a Operação não engloba a região conhecida como Grande Méier, por não contemplar bairros como Engenho Novo, Cachambi, Abolição, Piedade, entre outros.

No Centro da cidade do Rio de Janeiro, a Operação Segurança Presente conta com o apoio institucional e financeiro da Prefeitura, além de ter acesso às imagens do Centro de Operações Rio, da prefeitura, e

⁴ Também iremos nos referir à Operação Segurança Presente como OSP.

do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), do estado. Entretanto, esta não abrange toda a área central da cidade, apenas quatro áreas de destaque: Largo da Carioca (onde se localiza a base móvel da operação, conforme retratado na Figura 2), Praça Mauá, Praça XV e a Rua Presidente Vargas (somente entre a rua Primeiro de Março e a Central do Brasil). O bairro da Lapa, também localizado na região central da cidade, também é contemplada pela Operação, mas sob moldes distintos das demais localidades.

Na Zona Sul da cidade, a Operação Segurança Presente foi implantada em duas localidades essencialmente turísticas e de lazer da população com altíssimo IDH, o Aterro do Flamengo e o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, o que denota conflitos de interesses na definição das áreas. O bairro de Copacabana se destaca como área comercial importante (assim como Centro e Méier) e também como área turística (como é o caso do Aterro do Flamengo e da Lagoa Rodrigo de Freitas), entretanto, não foi contemplado pela OSP.

Tendo isso em vista, apresenta-se como primordial uma breve explanação introdutória a respeito da Operação Segurança Presente para que possamos, posteriormente, compreender os processos que a possibilitam, sustentam e seus objetivos. Portanto, buscaremos os atores sociais responsáveis pelas ações, sempre repletas de intencionalidade, ao contrário dos atos passivos dos agentes sociais (FERREIRA, 2013, p. 55).

Sendo assim, o nosso objetivo geral é analisar a implantação e a atuação da Operação Segurança Presente em diferentes localidades da cidade do Rio de Janeiro (Aterro do Flamengo, Centro, Lagoa, Lapa e Méier) e sua influência para as lógicas de mercadificação, militarização e fragmentação do espaço enquanto componentes da metropolização do espaço.

Desse modo, apresentam-se como objetivos específicos a análise dos discursos de cidade que possibilitam a Operação Segurança Presente e das ações dos atores sociais que a sustentam, assim como

seus objetivos – questões que foram debatidas no primeiro capítulo. No decorrer da pesquisa – mais especificamente, no segundo capítulo –, também investigaremos os desdobramentos para o espaço e para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Afinal, o projeto pode envolver apenas algumas localidades, mas consideramos que faz parte de um processo maior de militarização urbana já em curso na cidade.

A Operação Segurança Presente é um projeto de segurança pública baseada no policiamento ostensivo em quatro localidades da cidade do Rio de Janeiro: Aterro do Flamengo, Centro, Lagoa Rodrigo de Freitas e Méier. A estrutura da operação na Lapa é mais antiga e difere das demais, portanto, nos concentraremos nas outras quatro localidades ao longo da dissertação.

Sabemos que a análise da metropolização do espaço demanda que consideremos, também, os atributos específicos da atual fase de desenvolvimento do capitalismo, o qual não é apenas mais um modo de produção. Consideramos, com base em alguns autores marxistas com os quais dialogamos, como Lucien Goldmann, Henri Lefebvre e István Meszáros, que o capitalismo caracteriza-se como um modo incontrolável de controle sociometabólico, pois tal sistema invade todas as dimensões e escalas da vida cotidiana e as submete à sua racionalidade (MESZÁROS, 2002, p. 96). Atualmente, as questões fundamentais referentes à reprodução social – e também à reprodução das relações sociais de produção – estão submetidas ao inevitável e incontrolável controle sociometabólico do capital.

Recentemente, alegação semelhante foi feita em relação ao neoliberalismo – nomenclatura que denomina a fase vigente do capitalismo como forma incontrolável de controle sociometabólico – pelos autores franceses Pierre Dardot e Christian Laval em estudo recente. De acordo com os autores,

O neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações e esferas da vida. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 8).

A análise das causas e consequências da expansão do capitalismo para todas as escalas da produção e reprodução social é de fundamental relevância para a compreensão da influência do processo de metropolização do espaço na vida cotidiana. Afinal, referido domínio capitalista neoliberal atinge absolutamente todos os elementos da vida cotidiana, que é “a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção.” (HELLER, 2008, p. 31, grifos da autora).

Tendo em vista que o financiamento da Operação Segurança Presente é de responsabilidade praticamente integral da Fecomércio-RJ, é de fundamental importância o estudo a respeito da ação deste ator no processo de metropolização do espaço como se manifesta na cidade do Rio de Janeiro, em especial no que se refere às lógicas de militarização e mercadificação do espaço, portanto, influencia no cotidiano dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que não habitem as localidades nas quais foram instaladas a Operação Segurança Presente.

O processo de militarização urbana vem se intensificando ao longo do século XXI em todo o planeta. Embasados pelo geógrafo escocês Stephen Graham (2016), reconhecemos que o sistema normativo típico do neoliberalismo ao qual se referem Dardot e Laval (2016) se configura com cada vez mais intensidade e relevância.

Em interessante reinterpretação do conceito de ‘efeito bumerangue’, desenvolvido por Michel Foucault, Graham destaca que diversas técnicas militares de vigilância e controle, empregadas em zonas de guerra, estão sendo aplicadas em áreas urbanas. Portanto, consideramos que a Operação Segurança Presente, principal empiria da presente dissertação, tem alcance local, mas é parte integrante de um processo global que envolve, também, a escala da metrópole. Afinal, o processo de militarização urbana – e, por conseguinte, da vida cotidiana – é característico do processo de metropolização do espaço.

Inaugurada em janeiro de 2016 no Aterro, Lagoa e Méier, a Operação é fruto de parceria firmada entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do

Estado do Rio de Janeiro – formada por cinquenta e nove sindicatos patronais das áreas de comércio de bens, serviços e turismo do estado e também envolve o Sesc RJ e o Senac RJ.

Nessas três localidades, a operação é financiada integralmente pela Fecomércio-RJ, com custo anual de R\$ 22 milhões (vinte e dois milhões) de reais e contrato de dois anos. No Centro, a Operação Segurança Presente foi inaugurada em julho do mesmo ano e também conta com auxílio financeiro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, somando custo anual de R\$47 milhões (quarenta e sete milhões) de reais.

Acreditamos que a relevância de nossa análise se refere à função desempenhada por esse ator no processo, pois diversos representantes da Fecomércio-RJ e do Governo do Estado afirmaram que as localidades da OSP foram decididas exclusivamente pela Federação. Entretanto, o policiamento das áreas definidas é feito por policiais militares em horário de folga (dois por equipe) e um civil egresso das Forças Armadas, todos com coletes coloridos (sem farda), mas com distintivo para identificação policial. As ações contam ainda com o apoio da Guarda Municipal, das Secretarias Municipais de Transportes, Ordem Pública, Conservação e Desenvolvimento Social, além da Comlurb.

Os equipamentos utilizados na Operação também foram adquiridos com o financiamento da Fecomércio-RJ. Trata-se de armamentos não letais (pistola de choque e spray de pimenta), GPS para que as equipes sejam monitoradas e câmeras para filmar as abordagens, além de bicicletas, motos e carros para realizar o policiamento, que também é feito à pé. Como é possível observar na Figura 2 (abaixo), a Operação Centro Presente também possui uma base móvel, que normalmente fica localizada próxima à Praça Mauá e também conta com o auxílio da Polícia Militar.



Figura 2: Base móvel da Operação Segurança Presente no Centro da cidade do Rio de Janeiro, no Largo da Carioca. Fonte: Google imagens. Acesso em 15/11/2016.

Assim sendo, justificamos a relevância de tal estudo ao considerarmos associação de atores do poder público, como o Governo do Estado e Prefeitura, com atores sociais da iniciativa privada, a Fecomércio-RJ. Sabemos que o patrocínio, por parte de entidades privadas, à lógica de militarização ostensiva não é um processo inédito na cidade do Rio de Janeiro, pois foi assim que foi iniciado o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Entretanto, evidencia características próprias da produção do espaço no atual contexto do capitalismo neoliberal ressaltadas por Dardot e Laval (2016).

Somado a isto, reconhecemos a relação intrínseca entre os processos de mercadificação e militarização do espaço como partes integrantes do processo de metropolização do espaço, nosso principal embasamento teórico. Optamos, portanto, por não trabalhar com a lógica binomial clássica de oposição entre centro e periferia, preferindo utilizar-nos do processo de homogeneização – hierarquização – fragmentação do espaço.

Com o intuito de completar o objetivo geral da dissertação, dividimo-la em dois capítulos. Principiaremos por analisar os discursos e

processos que antecederam e deram sustentação à implantação e atuação da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, investigaremos as múltiplas relações entre o acirramento dos processos de metropolização e de fragmentação-homogeneização-hierarquização do espaço e a atuação da Operação Segurança Presente. Por fim, mas não menos importante, vislumbraremos as consequências e os desdobramentos da lógica de militarização ostensiva para a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes.

No primeiro capítulo, intitulado *Segurança ostensiva e preventiva: A implantação e as representações da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro*, apresentam-se, portanto, como questões específicas: quais os discursos e processos (além de atores e agentes) possibilitaram a implantação e a atuação da Operação Segurança Presente? O que simboliza a implantação de tal operação naqueles locais? De que outras maneiras se manifestam as lógicas de militarização ostensiva e de segurança privada na cidade do Rio de Janeiro? Somado a isto, questionaremos quais atores e agentes sustentam a Operação Segurança Presente.

No segundo capítulo, intitulado *Segurança pública ou privada? Os desdobramentos da Operação Segurança Presente para a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes*, as questões específicas serão a respeito dos desdobramentos da Operação para a cidade do Rio e seus habitantes. A Operação Segurança Presente é responsável por acirrar os processos de mercadificação e fragmentação espacial na metrópole carioca? Por fim, à guisa de conclusão, realizaremos breve debate a respeito da desmilitarização da Polícia e também da segurança pública, visando à autonomia, em contraposição à Operação Segurança Presente.

2. Segurança ostensiva e preventiva: A implantação e as representações da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro

Apresentam-se, na cidade do Rio de Janeiro, problemas comuns a todas as grandes cidades do mundo, como habitação, transporte etc.. Entretanto, a questão da violência urbana parece tomar contornos mais exagerados na metrópole carioca. A imprensa noticia diariamente há décadas o aumento constante da violência urbana, indicando o grave e aparentemente insolúvel problema da segurança pública.

As iniciativas do Estado, em suas diferentes escalas de governo, para solucionar a questão sempre se dão por meio da militarização – processo que consideramos próprio do desenvolvimento do capitalismo no presente momento histórico, como será debatido ao longo do presente capítulo. Também são muitos os autores que se dedicam ao assunto, nas mais variadas escalas de debate.

Diversos são os exemplos da militarização em curso na cidade do Rio de Janeiro. Estratégias de controle e vigilância da vida cotidiana são comuns, especialmente nas áreas mais pobres. A criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), projeto de segurança pública ostensiva em favelas da cidade, é evidência disso⁵.

Há inovações em relação a certas formas de planejamento da segurança pública, sobretudo no que concerne à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação e também no financiamento (agora privado), assim como ocorre na Operação Segurança Presente, foco principal desta dissertação. Entretanto, é fácil perceber que ambos os projetos não se distinguem da atuação do Estado na área de segurança pública, baseada na construção de um discurso de medo, que acaba por acentuar a segregação espacial.

⁵ Também poderíamos destacar aqui o exemplo das repetidas intervenções militares federais, presentes no cotidiano da metrópole carioca desde 1994, com a denominada 'Operação Rio'.

E, por isso, é nosso objetivo específico deste primeiro capítulo analisar os discursos e processos que antecederam e deram (e ainda dão) sustentação à implantação e atuação da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro: em que se diferenciam? Analisaremos, ainda, as múltiplas relações entre o acirramento dos processos de metropolização e o de fragmentação-homogeneização-hierarquização do espaço e a atuação da Operação Segurança Presente. Para tanto, será essencial a discussão a respeito do capitalismo em seu atual momento de desenvolvimento, assim como do papel do Estado nesse processo.

Nesse mesmo sentido, nos questionaremos: quais os discursos e processos (além de atores e agentes) possibilitaram a implantação e a atuação da Operação Segurança Presente? Além disso, de que outras maneiras se manifestam as lógicas de militarização ostensiva e de segurança privada na cidade do Rio de Janeiro?

Partindo de uma abordagem histórica, a socióloga Vera Malaguti Batista (2003) apresenta debate a respeito do discurso (propagado através da imprensa local) que caracteriza a cidade do Rio de Janeiro como violenta e insegura, portanto, do discurso de medo. A autora indica que eventos ocorridos no início da década de 1990 foram responsáveis “pela fabricação de uma ‘crise de segurança pública’.” (MALAGUTI BATISTA, 2003, p. 19), referindo-se à veiculação midiática em escala nacional de um arrastão, “como indicador da implantação do caos, do governo da desordem no coração do país” (idem). Conjuntamente, para fins de comparação histórica, Malaguti Batista analisa os medos urbanos do século XIX, em particular a respeito da Revolta dos Malês⁶.

⁶ Rebelião escrava muçulmana ocorrida na Bahia, em 1835. Para mais informações, consultar Malaguti Batista, 2003.

‘Arrastões’ aterrorizam as praias da Zona Sul do Rio

Os arrastões de pívetes e adultos aterrorizaram os banhistas ontem nas praias da Zona Sul, do Arpoador ao Leblon, a partir das 10h, num prenúncio do que poderá acontecer no próximo verão. O corre-corre de pívetes e banhistas se estendeu, por volta das 13h45m, à Praia de Copacabana, principalmente entre as Ruas Siqueira Campos e Santa Clara e as Ruas Bolívar e Miguel Lemos. Muitos banhistas, em pânico, fugiram dos arrastões, cujos integrantes atacaram também nas ruas próximas à orla marítima, agredindo pessoas, assaltando pedestres, danificando automóveis, invadindo ônibus pelas janelas para “furar” a fila e jogando pedras. A confusão só não foi maior porque a secretária de Polícia Civil havia antecipado o início da Operação Verão, que mobilizou também policiais militares.

A volta da praia para casa de ônibus também se constituiu num desafio para quem mora na



Observado de longe por um bando, um policial conduz um detido na Avenida Nossa Senhora de Copacabana

Figura 3: Reportagem da década de 1990 do Jornal O Globo noticiando arrastões no Rio de Janeiro: discurso de medo na imprensa local. Fonte: Acervo O Globo. Acesso em 03/02/2018.

Apesar das duas décadas que separam a análise de Malaguti Batista do rebatimento temporal de nossa pesquisa, delimitada pelo início da Operação Segurança Presente, é fácil constatar que o discurso de medo urbano ainda está muito presente na imprensa que cobre a cidade do Rio de Janeiro. A repercussão de casos de extrema violência – inclusive ocorridos em áreas da Operação – é ainda muito comum.

Sobre o tema, Haesbaert (2015) afirma que:

A cidade do Rio de Janeiro, em particular, tornou-se um dos espaços emblemáticos onde a in-segurança é central na construção de todo um projeto político-econômico pautado no discurso do controle social que implica o próprio controle e/ou a reconfiguração, num complexo processo de des-reterritorialização. Uma linguagem de guerra tomou conta da mídia e da opinião pública do município nas últimas décadas – e também, de certa forma, do próprio estado do Rio de Janeiro, inculcando políticas pautadas no medo que produzem o que Souza (2005, 2008) denominou de ‘fobópoles’. Lado a lado com o alarmismo midiático, alguns pesquisadores chegaram a identificar nesse ambiente um ‘clima de guerra civil’. (HAESBAERT, 2015, pp.225-226)

Ou seja, a violência continua presente no cotidiano e no imaginário, em caráter de discurso ideológico, por servir a interesses político-econômicos, como indica Haesbaert (2015) na citação acima. Desse modo, devemos desvendar o processo que leva a isto e também suas consequências e objetivos. Afinal, as representações tendem mais a

esconder que revelar. Observamos, ao longo dos anos, que o processo de metropolização do espaço na cidade do Rio de Janeiro está intimamente associado à questão da segurança pública e, portanto, à violência urbana.

Compartilhamos com Malaguti Batista a intenção de “compreender, no campo simbólico, os discursos, mensagens e representações (alegorias) e suas funções ideológicas e políticas.” (MALAGUTI BATISTA, 2003 p. 21), portanto, desvendar as representações.

A fim de elucidar o que são as representações, iremos ao filósofo francês Henri Lefebvre (1983). O autor discute as representações filosóficas e não filosóficas⁷ utilizando-se do método dialético e com base na crítica a obras de autores consagrados como Sigmund Freud e Karl Marx, entre outros. Da análise de Lefebvre, é fundamental destacar que as representações mais ocultam que explicitam, rerepresentando a realidade. São sociais, psíquicas e políticas, podendo ser individuais ou coletivas.

O autor propõe uma teoria das representações em detrimento da ideologia por indicar que, na tradição marxista, o conceito de ideologia foi carregado de intencionalidade política e, assim, dissimula o real⁷. Naturalmente, representações também são produzidas, seja por publicidade comercial ou propaganda política. Entretanto, essa produção se limita ao repetitivo, advento da técnica. A obra, por sua vez, é uma e única.

Em sendo sociais, psíquicas e políticas, as representações têm muito a indicar a respeito de seu momento histórico, que possui uma geografia que lhe dê sustentação. É por esse motivo que insistimos – ainda com base em Lefebvre e outros autores depois dele – na noção de produção do espaço.

E no presente momento histórico do desenvolvimento do capitalismo, em fase denominada neoliberal, a reprodução ampliada do

⁷ Lefebvre (1983, p. 39) chega a afirmar que “O termo ‘ideologia’ tende a designar uma ‘mentira de classe’.”.

capital assume formas inéditas – e inclusive, representações inéditas. Muito se discute, nas Ciências Sociais, o esgotamento do modo de produção fordista e o processo de reestruturação produtiva do capital, destacando a importância da produção do espaço para realização da financeirização.

É importante frisar que, ao tratarmos deste processo, estamos nos baseando nos conceitos marxistas. Portanto, ao nos utilizarmos deste vasto referencial teórico, somente poderíamos analisar o capital e sua reprodução ampliada – portanto, o capitalismo. Baseados em Meszáros (2002), optamos por considerar o capitalismo não apenas um modo de produção – assim como o feudalismo, anteriormente – mas como um modo incontrolável de controle sociometabólico.

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” (...), mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso de uma poderosa (...) estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MESZÁROS, 2002, p. 96, grifos do autor).

Sendo uma forma de controle sociometabólica, o sistema capitalista invade todas as dimensões e escalas da vida cotidiana e as submete à sua racionalidade. Atualmente, as questões fundamentais referentes à reprodução social – e também à reprodução das relações sociais de produção – estão submetidas ao inevitável e incontrolável controle sociometabólico do capital.

Estamos nos referindo, com base em Meszáros (2002, p. 96), ao controle exercido globalmente pelo capitalismo sobre a agricultura, a arte, o comércio, a educação, a indústria manufatureira e a saúde. Ou seja, afeta as relações sociais e sua reprodução em todas as escalas, transitando entre o local e o global.

O controle exercido pelo sistema capitalista em escala global apresenta-se como inexorável e totalizador o que é inédito. Isto significa que já houve outros modos de controle sociometabólico anteriormente,

mas que nenhum destes exerceu controle ou influência semelhante a o que se observa hoje sob o domínio dinâmico do capital.

Evidentemente, o papel do Estado moderno é fundamental para o referido controle sociometabólico, complementando-o. Não apenas para prestar assistência, pois o Estado moderno também se alicerça na reprodução sociometabólica do capital. Como veremos, a alienação possui aspectos econômicos e políticos⁸ que estão muito associados ao Estado.

Contudo, o papel totalizador do referido modo de controle sociometabólico não se limita aos aspectos mencionados: engloba, também, sua reprodução, na qual “um complicado sistema de *divisão social hierárquica do trabalho* deve ser superposto à divisão do trabalho *funcional/técnica*” (MESZÁROS, 2002, p. 99, grifos do autor).

O autor ainda afirma que a divisão hierárquica do trabalho – fundamento da alienação do trabalho – é inexorável, mas se oculta à sombra de justificativas ideológicas que protegem a classe dominante e sua reprodução como tal.

Mais uma vez respaldados por Henri Lefebvre (2008, p. 49), podemos afirmar que tal modo de controle sociometabólico tem o espaço como uma de suas principais dimensões de movimento: aos aspectos destacados por Meszáros, acrescentamos, também, a produção do espaço. O controle exercido globalmente se dá através da produção e reprodução de relações sociais que produzem o espaço de acordo com a lógica vigente.

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. (LEFEBVRE, 2008, p. 49).

Para Henri Lefebvre, a produção e a reprodução de relações sociais dependem integralmente da produção do espaço. Isto significa que as mesmas ocorrem em todas as dimensões e escalas da realidade,

⁸ Além de aspectos ontológicos, morais e estéticos (Meszáros, 2016).

expandindo-se para todo o espaço e também para a vida cotidiana, adaptando-os à lógica contemporânea do capital.

Consideramos de fundamental relevância destacar a relação entre a produção do espaço, o capital como uma forma de controle sociometabólico e a divisão hierárquica do trabalho como forma de aproximar o estudo da ciência geográfica. Tal esforço é realizado com o intuito de dar maior embasamento teórico-conceitual à presente dissertação. Além disso, é possível perceber, ainda com base no mesmo autor, que tal relação ainda é atual:

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas.

As classes dominantes conseguem isso? Eu digo que não, pois contradições novas aparecem. São as que chamo de contradições do espaço, e que não são mais exatamente aquelas do tempo histórico analisado por Marx depois de Hegel. Há uma contradição entre a capacidade técnica de tratar o espaço globalmente e o despedaçamento do espaço em parcelas para a venda e a troca. Essa é a forma tomada, atualmente, pela contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade. Uma outra contradição do espaço, que apenas começa a se descobrir, é a contradição entre o movimento, os fluxos, o efêmero, de um lado e, do outro, as fixidades, as estabilidades e os equilíbrios pretendidos. (LEFEBVRE, 2008, p. 160).

No presente momento histórico do capitalismo, a influência exercida pelas classes hierarquicamente superiores no processo de produção do espaço tem gerado consequências drásticas, ainda mais considerando a incontornabilidade desta forma de controle sociometabólico. É preciso considerá-la, e Lefebvre (2008) o faz quando afirma que as classes dominantes não conseguem se utilizar plenamente do espaço para seus próprios fins, pois contradições inéditas surgem no processo de produção do espaço.

Apesar de ser condição essencial para o desenvolvimento do sistema capitalista, a propriedade privada da terra apresenta-se também como um entrave a esta própria evolução. Esta contradição se expressa porque a expansão da acumulação capitalista está ligada intimamente à

expansão territorial e justamente a propriedade privada inalienável da terra pode vir a impedir sua reprodução ampliada.

Além da dominação de classe observada pelo filósofo francês no âmbito espacial, o sociólogo português João Aguiar (2012) aponta que, no presente momento histórico⁹, que a dominação também é cultural, simbólica e ideológica, o que pode vir a mascarar outras formas de dominação – e alienação, podemos acrescentar.

A relação da estética com a classe (ou com as classes) não se circunscreve ao âmbito estrito dos *habitus* de cada classe social, nem tem de ser produzida diretamente pela classe dominante. De fato, a lógica cultural do pós-modernismo se alicerça num conjunto de eixos que não tem de decorrer diretamente da produção da burguesia enquanto tal e que, por surgir como um espectro simbólico-ideológico plurifacetado, complexo e, vastas vezes, recortado à superfície no que parecem ser incongruências ou fragmentos, na prática, mais facilmente encobre os fundamentos da dominação social, econômica, política e simbólico-ideológica da burguesia. (AGUIAR, 2012, p. 67).

Podemos observar que Henri Lefebvre (2008) e João Aguiar (2012) apontam o predomínio de uma classe sobre as outras, seja no âmbito da produção do espaço ou da cultura. Entretanto, ambos indicam que as relações sociais são extremamente diversas e complexas e não são completamente dominadas pela classe burguesa ou capitalista: nenhum dos autores nega a importância da classe trabalhadora.

Aguiar nos indica que, apesar de valioso, o conceito de *habitus* desenvolvido por Pierre Bourdieu (2004) é, de certo modo, incompleto, por analisar apenas a burguesia e suas representações, códigos e preferências, constituindo aquilo que denominou princípio da distinção. A dominação simbólica e ideológica não se explica, porém, apenas pela classe dominante. Afinal, como afirma Meszáros (2002), o capitalismo é uma forma de controle sociometabólica totalizadora. Entretanto, isto não implica dizer que o estudo das representações seja irrelevante – pelo contrário.

Assim sendo, a dinâmica de produção cultural no presente momento histórico do capitalismo está sujeita a tal controle, independente

⁹ Aguiar (2012) fala em pós-modernismo para indicar o presente período histórico.

da posição na divisão social hierárquica do trabalho a qual pertença. As representações produzidas são igualmente apreendidas pelo mercado e transformadas em mercadoria.

O processo de sujeição de toda a sociedade ao controle sociometabólico do capital, tal como explicitado por István Meszáros (2002), é de fundamental importância para a sua reprodução. Inclusive observamos, com base na obra de Henri Lefebvre, que o processo de sujeição ao controle do capital integra e é orgânico à produção do espaço.

A propensão do referido modo de controle sociometabólico é predominantemente econômica: aponta em direção à autoexpansão e à acumulação, portanto, à reprodução ampliada. Tendo em vista a impossibilidade de controle do sistema capitalista, este foi capaz de expandir-se globalmente e atingir todas as dimensões do espaço e da vida cotidiana. Com base na obra de Marx, Meszáros busca os fundamentos históricos que dão sustentação à alienação das relações sociais de produção (e sua reprodução), as quais estão submetidas ao controle sociometabólico do capital.

O movimento de retorno para investigação dos processos que sustentam a configuração do presente momento histórico é o movimento que repetimos na presente dissertação. É por isso que optamos sempre por apresentar nosso embasamento teórico-conceitual antes de analisar a empiria que se apresenta hoje. Afinal, não buscamos analisar simplesmente a realidade como esta se apresenta, repleta de representações que a dissimulam – ou seja, o mundo da pseudoconcreticidade.

Entretanto, esta sujeição ao capitalismo não indica que o futuro esteja predeterminado ou definido de alguma forma. Ao contrário do sistema filosófico fechado em si proposto por Hegel, Marx propõe analisar a realidade por meio de um sistema aberto para o futuro e sempre inacabável, por estar em constante produção. Tal noção nos aproxima do princípio de totalidade, discutido por Karel Kosik (1969) – com base em

Marx, naturalmente –, de acordo com o qual a história é sempre inconclusa e aberta ao futuro, portanto ao devir.

A noção filosófica de totalidade também foi estudada por Henri Lefebvre, que a diferencia em duas: fechada e aberta. A primeira, no sentido de acabada, não nos interessa, pois limita a análise e não considera outras totalidades – são sistemas fechados em si. A segunda, por sua vez, tem sentido dinâmico e deve ser apreendida dialeticamente. Muitas vezes o objeto de estudo das Ciências e da Filosofia se confundem, o que é absolutamente natural. Muitas vezes estas formas de conhecimento vão ao encontro uma da outra, o que não significa que sejam coincidentes.

Tal discussão aproxima Henri Lefebvre de Milton Santos (1996), geógrafo brasileiro e importante teórico do espaço. Em sua principal obra, *A Natureza do Espaço*, o autor reúne todo o desenvolvimento intelectual de sua vasta carreira acadêmica e apresenta sua principal interpretação do conceito do espaço: a divisão entre sistema de objetos e sistema de ações. Contudo, é importante frisar que a noção de sistema empregada por Santos aproxima-se mais de uma totalidade aberta que fechada – conforme discutido por Lefebvre.

A impossibilidade de separação dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, dependentes entre si, é constantemente ressaltada por Milton Santos. Ambos os sistemas interagem e estão intimamente vinculados. Segundo o autor, os objetos diferenciam-se das coisas por sua origem social. Assim, é possível afirmar que os objetos independem do sujeito, mas estão sempre submetidos à história da sociedade que os produziu. Portanto, os sistemas de objetos estão sempre inseridos em um contexto histórico do desenvolvimento do modo de produção vigente e também das técnicas.

Os sistemas de ações, por outro lado, sempre inscrevem processos, os quais são dotados de intencionalidade. Não podem ser dissociados dos sistemas de objetos, pois muitas vezes dependem destes para se realizarem, ou ainda levam à produção de outros objetos. Santos

(1996, p.82) ressalta que, seja para satisfazer necessidades naturais ou criadas (impostas), agimos para desempenhar determinadas funções que, muitas vezes, resultam em novos objetos.

Baseado em Karl Marx e Friedrich Engels, Santos (1996, p.78) afirma que quando o homem transforma a natureza (o meio) através do trabalho, também muda a si próprio. Seguramente, esse enunciado muito se assemelha ao de Henri Lefebvre, quando afirma que a sociedade produz o espaço que a produz.

Por sua vez, no segundo momento de sua obra, Santos reflete a respeito da ontologia do espaço. Nesta etapa,

O espaço será visto em sua própria existência, como uma forma-conteúdo, isto é, como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou. (SANTOS, 1996:24-25).

Contudo, o espaço é mais que forma-conteúdo. É formado, também, por funções e pela estrutura socioeconômica, existindo dentro de “um processo permanente de totalização, que é, ao mesmo tempo, um processo de unificação e de fragmentação e individuação” (SANTOS, 1996, p.25). É neste momento em que o autor resgata na filosofia a categoria de totalidade e a noção de totalização, com o intuito de compreender o caráter múltiplo e dinâmico do espaço, que leva à diferenciação entre lugares e à divisão territorial do trabalho, evidenciando o movimento da sociedade.

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização. (SANTOS, 1996:120).

Com isso, o autor explicita a relação entre espaço e tempo através da técnica: o tempo é empiricizado, ou seja, vivido socialmente. As possíveis relações entre Santos e Lefebvre são muitas e serão oportunamente retomadas. Afinal, ambos analisam o espaço como um processo em constante devir.

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa

reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. (LEFEBVRE, 1972, p. 49).

Para compreender a importância do tempo e do espaço para este movimento, Lefebvre resgata em Marx “a fórmula trinitária”, ou seja, os elementos formadores da sociedade burguesa:

a) o capital e o lucro do empreendedor, isto é, da burguesia; **b)** a propriedade do solo, com suas rendas múltiplas: do subsolo, da água, do solo edificado, etc.; **c)** o trabalho, com o salário destinado à classe operária. (LEFEBVRE, 1972, p. 51; grifo nosso).

Assim sendo, Lefebvre aponta que estes elementos são representados separadamente, mas estão unidos na sociedade em ato, portanto, no espaço. Neste caso, a ilusão da separação realiza função alienadora da unidade da dominação econômica e política da burguesia. Assim sendo, coincide com a separação entre ideologia, conhecimento e prática social. A este movimento Lefebvre vincula as características conjunta e disjunta do espaço.

Com isso, o autor realiza uma crítica profunda à fragmentação do saber, da natureza e do próprio espaço, assim como ao reducionismo tecnocrata que tende a sistematizar o espaço. Conclui que o espaço não é racional, por ser produto social, e que, portanto, não pode ser analisado como sistema. Novamente ressaltamos que tal crítica não se aplicaria aos sistemas propostos por Milton Santos (1996), pois estes tem caráter aberto.

Ainda com base na obra do filósofo francês Henri Lefebvre, analisaremos sua obra mais relevante para a Geografia, “A produção do espaço” (1974). A tese central do autor é que “o modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo).” (LEFEBVRE, 1974, p.8).

O espaço é produto e também produtor de relações sociais que nele ocorrem, o que nos induz a afirmar que este não é e jamais poderia ser neutro. A produção social do espaço evidencia seu caráter político-ideológico, assim como o dinamismo do processo.

Partimos do pressuposto de que o espaço não pode ser visto como um objeto científico separado da ideologia, das relações

de poder ou da política. É no espaço que se materializam as tensões, as interações e as lutas entre dominação e resistências. (...) O espaço é produzido a partir de intencionalidades (FERREIRA, 2013, p. 53).

Os diferentes grupos e atores sociais dominantes que produzem o espaço o fazem de acordo com intencionalidades específicas, ou seja, com o intuito de satisfazer suas necessidades e demandas em detrimento de outras. O jogo de poder entre sociedade civil e Estado manifesta-se de diferentes maneiras, tendo na maioria das vezes implicações espaciais. Acreditamos que é daí que deriva a relevância do estudo da produção do espaço urbano e também de suas representações.

Para a geógrafa brasileira Ana Fani Carlos, o espaço não é apenas produto da ação humana, pois também é meio e condição para a ação. Em seu livro intitulado 'A condição espacial' (2011), afirma que:

O espaço compreendido como movimento e processo que se realiza como condição, meio e produto da reprodução da sociedade permite desvendar também os níveis da realidade e as escalas imbricadas, capazes de fornecer uma compreensão das tensões que explodem em conflitos no plano da vida cotidiana. (CARLOS, 2011, p. 74).

A análise realizada pela autora no livro supracitado foi embasada em Lefebvre, assim como a presente dissertação. Consideramos o livro de Ana Fani Carlos um excelente exemplo do exercício de aplicação da obra de Lefebvre na Geografia e acreditamos que o diálogo com autores que também se fundamentam na obra do filósofo francês seja enriquecedor para nós, de modo que possa acrescentar outros pontos de vista.

Pois bem, a produção social do espaço no presente momento histórico do capitalismo gera formas-conteúdo muito específicas. A cidade pode ser considerada uma dessas formas, pois é um produto social e histórico, portanto, espacial. Diante disso, surge a importância da análise do espaço urbano, que não é sinônimo de cidade. Portanto, a análise não pode limitar-se às mudanças nas formas urbanas, mas deve englobar também nas funções e estruturas, envolvendo o espaço e as relações sociais que nele ocorrem e que o produzem.

Apontamento semelhante é aquele de Gottdiener (1993) ao apresentar e discorrer a respeito das diferenças entre as interpretações da teoria do espaço para Manuel Castells (alicerçado em Louis Althusser) e Henri Lefebvre. Ambos os autores partilham da interpretação marxista do conceito de espaço, considerando-o produto social. Entretanto, em sua obra Castells tende a privilegiar a teoria althusseriana, a qual valoriza o âmbito estrutural da produção social do espaço em detrimento das formas e das funções, aplicando-a ao espaço urbano.

Como vimos, a cidade é a forma de manifestação de um processo, o de produção do espaço, o que significa dizer que também precisamos falar de funções e estruturas. Isto porque o espaço urbano não pode ser reduzido à sua forma, a cidade.

Reconhecendo a importância que a cidade assume no desenvolvimento do presente momento histórico do capitalismo, Ana Fani Carlos aponta a metrópole como escala intermediária de análise, entre o espaço mundial e o lugar. Outra geógrafa brasileira que estuda a metrópole e sua (trans) formação em constante diálogo com a obra de Henri Lefebvre é Sandra Lencioni. Discutindo as mudanças contemporâneas da metrópole, a autora afirma que:

As transformações são reconhecidamente tão profundas que expressam uma verdadeira metamorfose, pois o resultado é uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole. Metamorfoseiam-se as relações sociais e o espaço anunciando que estamos vivendo um período de transição, uma transformação qualitativa para algo diferente do que conhecemos. (LENCIONI, 2011, p. 51).

No artigo supracitado, Lencioni (2011) pretende fornecer um breve aporte teórico e conceitual para a discussão do processo de metropolização do espaço. Para tanto, a autora desenvolve a tríade processual homogeneização, fragmentação, hierarquização. Originalmente cunhada por Karl Marx para descrever o processo de trabalho, esta tríade foi apropriada por Henri Lefebvre para explicar a produção do espaço¹⁰.

¹⁰ Henri Lefebvre apresenta esta ideia no prefácio do livro 'A produção do espaço' (2006, p.8).

Antes de progredirmos com a análise das tríades lefebvreanas, é imperativo que sejam ressaltados alguns aspectos gerais que dizem respeito a todas elas. Primeiramente, não há qualquer relação de hierarquia entre os elementos das tríades, assim como não há um termo que não esteja em interação com os outros dois: somente podemos falar em sobredeterminação interna (entre os termos que formam as tríades) ou externa (entre as tríades), jamais em gradação. Somado a isto, é preciso saber que Lefebvre trabalha com a realidade atual (presente), com a herança inscrita no espaço (passado) e com o possível (futuro): sua visão está aberta a múltiplas temporalidades, que coexistem em um mesmo momento histórico e, naturalmente, em um mesmo espaço. Ou seja, as tríades funcionam como ferramentas que foram desenvolvidas para desembaraçar a realidade e auxiliar a análise de determinada dimensão analítica. Por fim, mas não menos importante, buscaremos demonstrar como as tríades de Lefebvre estão relacionadas entre si dialeticamente.

O estudo das tríades de Lefebvre e sua aplicação devem funcionar como ferramentas teóricas, mas não explica toda sua obra. Até mesmo porque o autor tem como objetivo produzir uma metafilosofia, integrando conhecimento e prática, como elucida em *Espaço e política* (2008). Contudo, reconhecendo as limitações impostas, optamos por apenas desenvolver as tríades de Lefebvre, demonstrando sua relevância para a análise da produção do espaço urbano e de suas representações.

Processo fundamental na produção do espaço urbano no presente momento histórico do desenvolvimento do capitalismo é a segregação espacial. Por muitos anos, analisou-se este processo com base no par analítico centro-periferia. Reconhecemos a importância deste par para a ciência geográfica, mas observamos que a realidade do processo de metropolização do espaço é ainda mais complexa.

De acordo com Sandra Lencioni, os processos de homogeneização e fragmentação do espaço estão sempre acompanhados do processo de diferenciação espacial – que não pode ser confundido com distinção nem diversidade. A respeito do processo de diferenciação, a autora afirma que:

Esse produz diferenças espaciais, fratura o espaço e compromete a ideia de que cada parcela do espaço poderia ter a potencialidade de se colocar como equivalente de outra. Nada é equivalente de nada; só na aparência (...). Com isso, a fragmentação do espaço se faz acompanhar da segregação social que nega, como nunca e, cada vez de forma mais acurada e aterrorizada, a aproximação dos diferentes. (LENCIONI, 2011, p. 58).

Naturalmente, podemos acrescentar que o processo de segregação social mencionado pela autora também intensifica a hierarquização do espaço, completando a tríade lefebvreana trabalhada por Lencioni (2011).

A autora ainda nos afirma que a equivalência manifesta-se apenas nas aparências. Tal alegação nos remete diretamente à teoria das representações, longamente trabalhada por Henri Lefebvre em seu livro *La presencia y la ausência* (1983)¹¹.

Visando à superação de uma visão simplificadora do materialismo histórico, Henri Lefebvre (1983) trabalha com pares dialéticos para assinalar sua inseparabilidade. Presença e ausência; individual e social; vida e morte; uso e troca. As interações entre esses pares não podem ser explicadas unicamente pela lógica formal, portanto o autor faz uso do método dialético. Lidar com estes pares de maneira dialética significa que não podemos enxergá-los como oposição excludente, mas como contradições em movimento. Há, portanto, presenças na ausência e ausências na presença.

Para melhor compreender a noção da dialética, buscamos a interpretação do geógrafo britânico David Harvey em seu livro *Justice, nature and the geography of difference*. No segundo capítulo desta obra, o autor apresenta e elenca os princípios da dialética, a qual não se limita à visão marxista do método. Essencialmente, diz Harvey, o pensamento dialético enfatiza o entendimento de processos, fluxos, relações e mudanças, logo, está sempre associado ao movimento.

Além disso, no método dialético, o espaço e o tempo são inerentes ao processo e parte constituinte deste, e não externos a ele. A

¹¹ O livro não foi oficialmente traduzido para o português, portanto citamos a tradução para o espanhol (1983).

consciência da existência de múltiplos e diferenciados espaços-tempo, assim como de múltiplas escalas, é de fundamental importância e relaciona-se com a noção de produção apresentada pelo filósofo francês Henri Lefebvre.

Observamos que David Harvey, assim como Henri Lefebvre, é um importante estudioso da obra de Karl Marx. Foi um dos principais responsáveis pela incorporação do método materialista histórico-dialético pela Geografia, desempenhando até hoje papel fundamental na divulgação do pensamento geográfico e marxista.

Em breve artigo intitulado 'O espaço como palavra-chave', Harvey (2012) nos apresenta um panorama geral do conceito de espaço e sua importância para a Geografia. Como não poderia ser diferente, o autor cita a contribuição de Henri Lefebvre para a formulação deste conceito e também propõe e desenvolve sua própria tríade: espaço enquanto absoluto, relativo e relacional.

Cada uma das dimensões dessa divisão tripartite do conceito de espaço está relacionada a uma corrente científica. O espaço absoluto é fixo e imóvel, estando associado às visões de Isaac Newton e René Descartes. Reconhecendo a multiplicidade do espaço e de suas relações, Harvey (2012, p. 10-11) atribui a noção de espaço relativo ao pensamento desenvolvido por Albert Einstein, rompendo com a geometria euclidiana do espaço absoluto. Finalmente, o espaço relacional está intimamente conectado à leitura que o autor realiza da obra de Gottfried Leibniz, que aponta que o espaço é intrínseco ao processo que o produz, sendo assim impossível dissociá-lo do tempo. Esta divisão muito se assemelha à proposta por Lefebvre em 'Espaço e política' (2008).

Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos ao longo do tempo. (HARVEY, 2012, p. 12).

A exposição de Harvey a respeito do espaço-tempo relacional e a elaboração desta tríade espacial foram de extrema felicidade e importância para a ciência geográfica, caracterizando-se como uma

importante ferramenta para pesquisa espacial. Entretanto, é preciso apontar algumas divergências de nossa interpretação em relação ao autor. Em sua obra, Henri Lefebvre desenvolveu diversas divisões tripartites para explicar o conceito de espaço, atendo-se principalmente à filosofia. Ressaltamos que estas tríades seguem alguns princípios básicos gerais, sendo um deles a ausência de hierarquia interna (entre os elementos de uma tríade) ou externa (entre as tríades). Quando trabalhamos com as tríades lefebvreanas, somente podemos pensar em sobre-determinação – jamais em gradação entre as partes. Sobre isso, Alvaro Ferreira (2017) nos indica que

Para desenvolver sua teoria acerca do espaço, Lefebvre (1974, 1994, 2008) faz uso de tríades analíticas, dentre as quais podemos mencionar: o percebido, o concebido e o vivido; o físico, o mental e o social; as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação; e o espaço absoluto, o espaço abstrato e o espaço diferencial. **Cada elemento de cada uma das tríades está presente nos outros elementos da própria tríade e nas demais. Trata-se de momentos de análise.** As tríades são construídas com o objetivo de analisar as diferentes concepções do espaço, e são compostas por elementos que as constituem. Funcionam como uma espécie de lupa, que nos permitiria desvendar melhor cada dimensão analítica. (FERREIRA, 2017, p. 94, grifo nosso).

Somado a isto, Harvey trabalha com a tríade lefebvreana espaço material – representações do espaço – espaços de representação. Entretanto, em seu livro ‘A produção do espaço’, Lefebvre trabalha com a tríade práticas espaciais – representações do espaço – espaços de representação. A diferença entre ‘espaço material’, trabalhado por Harvey (2012) e ‘prática espacial’, desenvolvida por Lefebvre (2006) é significativa e não pode ser ignorada. Afinal, as múltiplas práticas espaciais de uma sociedade produzem o espaço de acordo com intencionalidades em sua maioria dominantes – mas não apenas no sentido material, pois sabemos que o espaço também é formado por representações, sensações, emoções e significados.

Ou seja, é formado simultaneamente pelas representações do espaço e pelos espaços de representação, além, claro, das práticas espaciais. Enquanto as representações do espaço dizem respeito ao espaço concebido dos experts e dos tecnocratas, assim como às relações

de produção, os espaços de representação tem caráter subjetivo e, muitas vezes, insurgente: é o espaço vivido dos habitantes e ‘usadores’ (LEFEBVRE, 2008, p. 35).

Assim como David Harvey, a geógrafa brasileira Ana Fani Carlos é relevante estudiosa da obra de Henri Lefebvre, tendo desenvolvido importantes pesquisas com base no referencial teórico-metodológico trazido pelo autor. Resgatando o conceito de renda da terra em Marx e adaptando-o à realidade atual do capitalismo neoliberal, a autora nos apresenta sua hipótese: o processo de produção, sob o capitalismo, transforma o espaço numa mercadoria, auferindo-lhe valor (CARLOS, 2011).

Desse modo, a realização do valor do solo urbano se daria no mercado imobiliário, por meio da compra ou do aluguel. A relação entre os conceitos marxistas de valor de uso e valor de troca com a teoria do uso do solo urbano foi profundamente debatido por Harvey (1980).

Ambos os autores nos demonstram que o preço do solo urbano depende diretamente do trabalho acumulado na produção da cidade – as denominadas benfeitorias (HARVEY, 1980). A valorização de uma área depende mais do conjunto de lugares à sua volta – portanto, de sua localização – que de um investimento específico em capital fixo em um terreno específico. Depende, igualmente, de uma ordem próxima e da ordem distante, pois a mais-valia de um fragmento apropriado realiza-se globalmente, por depender da mundialização da economia. Tal movimento só poderia ocorrer com a mediação da metrópole, o que evidencia o processo de metropolização do espaço.

A questão da propriedade privada do solo urbano é de fundamental importância para que possamos compreender a hipótese de Carlos (2011). Afinal, o espaço apresenta-se como condição para a realização da vida humana, assim como é condição para a realização da produção e acumulação de capital. Portanto, a propriedade privada do solo urbano, além de possibilitar a reprodução ampliada do capital, também limita seu

uso e dominação, gerando conflitos de interesses entre os atores sociais, como Estado, capitalistas e proprietários de terra.

Desse modo, Carlos (2011) aponta que, no presente momento histórico de desenvolvimento do capitalismo enquanto modo incontrolável de controle sociometabólico, a aplicação de dinheiro acumulado passa do setor produtivo industrial para o setor financeiro e, posteriormente, para o setor imobiliário, marcando o processo de produção do espaço enquanto produto imobiliário.

O ciclo de reprodução do capital desloca-se para novos setores da economia, produzindo um *novo espaço* dentro da metrópole como condição de sua realização – eis o lugar ocupado pelos *novos negócios*. (CARLOS, 2011, p. 113, grifos da autora).

Nesse mesmo sentido, Lencioni (2016) nos demonstra como ocorre a valorização do capital fora do processo produtivo e, portanto, sem relação direta com o processo de trabalho. A análise deste processo ainda se baseia no referencial teórico oferecido por Marx, pois o mesmo já previu esta possibilidade, denominando-a capitalização.

Enquanto a valorização é o aumento do valor do capital por meio do processo de trabalho, a capitalização é a valorização que ocorre fora da produção – portanto, depende da especulação e, atualmente, do processo de financeirização da economia. Alicerçada em Pereira (1984) que, por sua vez, está baseado em Karl Marx, Lencioni demonstra como se dá a realização da renda proveniente da propriedade imobiliária no espaço urbano.

Considerando a importância do desenvolvimento do setor de serviços e a escalada de produção de edifícios corporativos para aluguel de escritórios visando à reprodução ampliada de capital na cidade de São Paulo – objeto de seu estudo –, Ana Fani Carlos reformula sua hipótese:

A reprodução do espaço urbano da metrópole sinaliza o movimento em que o capital financeiro se realiza também através de um *novo espaço*, sob a forma de *produto imobiliário* voltado ao mercado de locação, (...) numa estratégia que associa várias frações de capital a partir do atendimento de serviços modernos. (CARLOS, 2011, p. 118, grifos da autora).

A análise desse movimento é relevante para a nossa pesquisa em dois sentidos muito claros. Primeiramente, em relação ao processo de

metropolização do espaço, que passa pela reprodução ampliada de capital transformando o espaço urbano em mercadoria. Em segundo lugar, mas não menos importante, nos auxilia a compreender e revelar quem são os principais agentes e atores responsáveis pela produção do espaço no atual momento histórico do capitalismo neoliberal.

Ao analisarmos a importância assumida pelo capital financeiro e pelo setor de serviços no atual processo de reprodução ampliada de capital, é possível compreender a relevância da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) para o processo de produção do espaço na cidade do Rio de Janeiro, transcendendo a Operação Segurança Presente. Afinal, sendo formada por sindicatos patronais das principais empresas de comércio de bens e serviços localizadas no estado do Rio de Janeiro, a Federação e os atores que a compõe indubitavelmente influenciam a produção do espaço urbano da metrópole carioca.

Conforme indicamos anteriormente, a questão da segurança pública é um aspecto essencial para a compreensão da realização do processo de metropolização do espaço na cidade do Rio de Janeiro. Isto se justifica em diversas dimensões do processo. A violência cotidiana, já naturalizada, apresenta-se como um entrave à reprodução do capital, seja em sua face imobiliária ou de serviços. Além disso, há muitos interesses políticos e econômicos no que se refere a este tema.

A proliferação de condomínios fechados não é recente na cidade do Rio de Janeiro – especialmente na zona Oeste da cidade, em áreas até então distantes dos interesses capitalistas. Entretanto, há algumas características atuais que são inéditas e podem ser consideradas evidências claras do processo de metropolização do espaço, especialmente no que concerne à produção do espaço através da associação entre mercado imobiliário e setor financeiro. E uma das principais justificativas para o isolamento é exatamente a busca por mais segurança. Neste caso, a solução almejada é meramente individual, o que podemos considerar uma resposta à incapacidade do poder público de resolver o problema. Além disso, sempre existiram empresas privadas

de segurança – para diversos serviços, como transporte de valores ou de pessoas, assim como na proteção para realização de eventos privados.

O caso dos condomínios fechados não se aplica a nenhuma das quatro localidades da OSP, estudadas na presente dissertação. Entretanto, evidências do crescimento do controle e vigilância da vida cotidiana na metrópole carioca podem ser observadas, como a presença massiva de câmeras de vigilância – dentro e fora de estabelecimentos comerciais e residências -, de cercas elétricas, guardas noturnos e vigilantes.

São muitas as formas de manifestação do cotidiano frente à violência urbana, e a utilização de novas tecnologias (seja o uso público ou privado) configura exemplo claro do efeito bumerangue, processo a que se refere Stephen Graham (2016) ao analisar o novo urbanismo militar. Entendemos que este processo é subsidiário da produção do espaço no capitalismo contemporâneo, inclusive reforçando a noção de modo de controle sociometabólico, por acentuar ainda mais o domínio da vida cotidiana.

É por isso que não podemos deixar de considerar aqui a relevância das empresas privadas de segurança para a atual configuração da questão da segurança pública no Rio. A coexistência entre segurança pública e privada não é inédita nem se inaugura na fase de metropolização do espaço. O ponto inédito a ser destacado aqui é a ambiguidade existente na configuração da Operação Segurança Presente, e que também funda as Unidades de Polícia Pacificadora, em 2008¹²: o patrocínio de entidades privadas de projetos de segurança pública. O principal problema, que sempre destacamos, é que também essas empresas privadas escolhem onde vão alocar seus investimentos – portanto, decidem quais localidades terão direito ao reforço da segurança pública, intensificando cada vez mais os processos de fragmentação e

¹² A Folha de São Paulo noticiou em 2010 o patrocínio de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) pelo empresário Eike Batista (grupo EBX) e pelas empresas Souza Cruz, Coca-Cola e Bradesco Seguros. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811201040.htm> Acesso em 13 de janeiro de 2018.

hierarquização espacial. Afinal, a metropolização do espaço – e, conseqüentemente, a militarização e também a homogeneização-hierarquização-fragmentação espacial – manifesta-se desigualmente em cada lugar, apresentando atributos singulares, particulares e universais. Uma característica fundamental ressaltada por Graham (2016) é o aumento da vigilância e do controle da vida cotidiana nas cidades:

A transição entre o uso militar e civil de tecnologia avançada – entre a vigilância e o controle da vida cotidiana nas cidades ocidentais e as agressivas guerras de colonização e recursos – está no cerne de um conjunto muito mais amplo de tendências que caracteriza o novo urbanismo militar. Claro, os efeitos observados no cenário ocidental urbano são muito diferentes daqueles vistos em zonas de guerra. Mas, fundamentalmente, seja qual for o ambiente, esses atos de violência de alta tecnologia tem por base um mesmo conjunto de ideias. (GRAHAM, 2016, p. 26.)

A relação entre a transposição do conceito de ‘efeito bumerangue’, o espaço, o cotidiano e a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais é essencial para o presente artigo. Observamos que o processo de militarização urbana relatado por Graham nas cidades em que estudou também se manifesta na cidade do Rio de Janeiro, porém de maneira distinta da relatada pelo autor. Sendo um processo multiescalar e também multidimensional, este pode assumir diferentes formas de acordo com o espaço-tempo no qual está inserido. Estamos nos referindo ao ‘conjunto de ideias’ explicitado por Graham (2016). Acreditamos que a aplicação do conceito pode ser realizada se considerarmos as ressalvas necessárias.

Na figura 4 (abaixo), é possível observar um policial militar portando um fuzil em frente à Unidade de Polícia Pacificadora do Complexo de favelas do Alemão, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A utilização de armamento pesado em áreas urbanas não é prática comum, especialmente em regiões de alta densidade populacional, como é o caso das favelas cariocas.



Figura 4: Unidade de Polícia Pacificadora no Complexo do Alemão. Fonte: Google imagens. Acesso em 16/01/2018.

Naturalmente, Graham cita exemplos próximos à sua realidade – tanto cidades europeias (especialmente as inglesas), norte-americanas e canadenses, quanto zonas de guerra, como a Faixa de Gaza. Assim sendo, seus exemplos do ‘efeito bumerangue’ para os dias contemporâneos são alguns mecanismos como *drones*, armamentos não letais e carros SUV utilizados por civis, e também estratégias de policiamento militarizado e agressivo no controle de grandes manifestações.

O Centro Integrado de Comando e Controle (figura 5), órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, é mais um dos exemplos do efeito bumerangue. Com tecnologia de ponta voltada para a segurança, opera próximo e em conjunto com o Centro de Operações Rio, centro de televigilância.

Inspirado em modelos integrados de segurança adotados em Londres, Nova Iorque, México e Madri, o CICC vai abrigar diferentes órgãos do estado, município e governo federal, como Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal, Defesa Civil e

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio (Cet-Rio).¹³ (Site de imprensa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, acessado em 05 de abril de 2018).



Figura 5: A Operação Segurança Presente também possui uma unidade no Centro Integrado de Comando e Controle da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para monitoramento através de câmeras de vigilância. Fonte: Google imagens. Acesso em 27/08/2017.

Atuando em conjunto com os órgãos supracitados, a Operação Segurança Presente está inserida no grande aparato tecnológico de segurança e controle montado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em conjunto com o Governo do Estado – Haesbaert (2015) chega a falar que “o duo C.O.R. – CICC compõe assim um grande *big brother* de vigilância metropolitana.” (HAESBAERT, 2015, p. 230).

¹³ < <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1608500> >

Projetos de segurança ostensiva podem parecer positivos – ou seja, podem ser representados como positivos – ao mascarar as principais causas da violência urbana, como, por exemplo, a desigualdade social. Porém, os desdobramentos para o espaço, as práticas sociais que nele se inserem e também para o cotidiano podem vir a ser negativos. Afinal, aparentam reforçar o trinômio moral – alienação – cotidianidade, em detrimento de sua suplantação.

Em sua principal obra, *Vigiar e punir* (2009), o supracitado filósofo francês Michel Foucault traça um panorama histórico dos meios de punição e coerção ao longo dos séculos, chegando aos dias atuais. Com esta profunda análise, o autor nos demonstra como foram desenvolvidos os ideais de controle, punição, vigilância e liberdade humana, que denomina biopoder. Já na obra ‘Segurança, território, população’, o autor amplia a escala de análise para a sociedade, discutindo a biopolítica. Como veremos no capítulo a seguir, o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2014) aproxima este debate da Geografia, analisando o que vem a denominar ‘sociedades biopolíticas de in-segurança’. O autor se utiliza do prefixo ‘in’ com o intuito claro e manifesto de problematizar o termo.

Nos dias atuais – e ainda com base nos estudos de Foucault – percebemos como a vigilância não se limita mais aos criminosos identificados e condenados legalmente pelo sistema penal, pois domina o espaço e também a vida cotidiana por meio de diversas ações multiescalares, sendo a Operação Segurança Presente e as Unidades de Polícia Pacificadora apenas exemplos de um grande processo de militarização urbana e da vida cotidiana, portanto, de metropolização do espaço. A dominação territorial (mesclando novas e velhas táticas de ocupação) e a utilização de novas tecnologias de vigilância são as evidências destacadas por Haesbaert (2014; 2015) para indicar a dominação e o controle exercidos nos dias atuais, constituindo uma sociedade de in-segurança, termo que o autor prefere em detrimento da abrangente expressão sociedade de controle.

Nesse sentido, Haesbaert (2015) diferencia, com base em Henri Lefebvre, duas concepções contrapostas de território, com base nas noções de dominação e apropriação. Por um lado, a instância da vida cotidiana e da produção do espaço (vivido) pelos cidadãos, na denominada “ordem próxima” é a dimensão da apropriação – que não deve ser confundida aqui com a ideia de propriedade.

Por sua vez, o espaço concebido do “Estado e suas instituições de vigilância e repressão” (HAESBAERT, 2015, p. 240) refere-se à dimensão da dominação. Nesse sentido, a noção de domínio territorial está diretamente associada à dimensão político-militar, da “ordem distante”. Indubitavelmente, estas duas concepções territoriais estão em constante tensão.

3. Segurança pública ou privada? Os desdobramentos da Operação Segurança Presente para a cidade do Rio de Janeiro e seus cidadãos

Para que possamos analisar os principais desdobramentos da Operação Segurança Presente para a cidade do Rio de Janeiro e seus cidadãos, faz-se necessário que consideremos outras dimensões do debate a respeito da produção do espaço; especialmente no que concerne à segurança, apresentarmos aqui uma questão fundamental para a sociedade capitalista contemporânea: o desenvolvimento. Como vimos no capítulo anterior, a importância do modo de produção capitalista assume valores inéditos no atual momento histórico, e optamos por denominá-lo, com base na obra de István Meszáros (2002; 2016), modo de produção sociometabólico, indicando as profundas transformações observadas na sociedade contemporânea, uma vez que invade e passa a exercer dominação sobre todas as dimensões da vida cotidiana, conforme buscamos demonstrar no capítulo anterior.

Assim sendo, para que possamos atender ao objetivo específico do capítulo de analisar as consequências e os desdobramentos da lógica de militarização ostensiva para a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes, interpretaremos a categoria desenvolvimento sobre dois prismas distintos, porém sempre inter-relacionados. O debate teórico-conceitual se faz importante para que possamos, posteriormente, analisar com mais embasamento a empiria da presente dissertação.

Começaremos pelo momento de análise de dimensão geral da questão do desenvolvimento, isto é, como a categoria é tratada na Filosofia e nas Ciências Sociais, especialmente na Teoria Social Crítica. Também virão à pauta conceitos afins, como autonomia e a noção de produção do espaço.

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social. Culturalmente enraizada, a ideia de desenvolvimento contém inarredável carga axiológica

antes mesmo de sofrer apropriação ou qualificação por parte de alguma escola de pensamento ou ideologia específica. (SOUZA, 1996:5)

Assim sendo, se faz necessário que analisemos o surgimento da questão do desenvolvimento à luz da tríade Ocidente – Capitalismo – Modernidade, cujos elementos são indissociáveis entre si. Assim sendo, analisaremos os processos de ocidentalização e mundialização da economia para além da compreensão de desenvolvimento enquanto mero crescimento econômico ou progresso técnico-científico. Naturalmente, buscaremos indicar e interpretar os elos entre esta perspectiva e o processo de militarização urbana, visando sempre o caso específico da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro.

O segundo momento de análise da categoria ‘desenvolvimento’ é o da virada cultural e de aproximação da Geografia: buscaremos a compreensão da categoria desenvolvimento de forma multiescalar e multidimensional, para que não se limite à sua visão economicista e fechada, portanto, heterônoma. Assim como a construção da dimensão cultural amplia a visão sobre o desenvolvimento, veremos uma abordagem marxista não dogmática via desenvolvimento desigual na Geografia (SMITH, 1988; HARVEY, 2000, 2016). Somado a isto, também discutiremos a questão da segurança, relacionando-a com a análise dos desdobramentos da OSP no âmbito da segurança pública. Posteriormente, nas considerações finais, relacionaremos esta discussão com a noção de autonomia, com o intuito de vislumbrar outras possibilidades.

Desse modo, as transformações sociais ocorridas com a expansão mundial do modo de produção capitalista serão interpretadas em suas múltiplas dimensões e também suas múltiplas escalas. Nesse momento, buscaremos resgatar o instrumental fornecido pela Geografia e também fora dela para compreender e discutir a questão do(s) desenvolvimento(s) seja ela inserida no contexto capitalista ou fora deste.

Com isso, poderemos nos aproximar ainda mais da questão da segurança. Para tal, será de fundamental relevância a abordagem de Michel Foucault, filósofo francês que se dedicou a analisar o contexto

européu. Entretanto, baseado em Castro-Gómez, Haesbaert (2014) nos indica que a metodologia foucaultiana é eurocêntrica apenas no que se refere aos conteúdos abordados, mas não à forma de análise. Inspiramo-nos nesta afirmação para que possamos nos apropriar da abordagem do autor francês a respeito da sociedade capitalista, à questão do poder e também ao ‘efeito bumerangue’, discutido por Graham (2016).

Assim sendo, apresentamos como objetivo específico do presente capítulo a análise da categoria desenvolvimento em sua multidimensionalidade e multiescalaridade. Tal análise nos permitirá compreender, posteriormente, a construção do imaginário social de segurança associado ao desenvolvimento, característica importante para a análise dos desdobramentos da OSP. Com isso, reforçamos mais uma vez que nossa compreensão da temática é aberta e plural, e se alicerça em autores de diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, optamos por dar maior destaque – neste momento da análise – a autores de base marxista, sem, contudo, nos limitarmos a estes.

Pensando a dimensão geral de análise da Teoria Social Crítica e da Filosofia contemporâneos e tendo como objetivo romper um longo período de fadiga teórica, Marcelo Lopes de Souza (1996) retoma a discussão a respeito de tópicos fundamentais, apesar de renegados, como a teorização sobre o conceito de desenvolvimento no momento histórico denominado modernidade a partir do ponto de vista ocidental, com o principal objetivo de lançar luz sobre o tema para que novas (ou mesmo diferentes) concepções possam se contrapor à definição fechada.

“O solo cultural onde a ideia de desenvolvimento de enraíza é, por excelência, a modernidade, que por sua vez é cria dessa entidade histórico-geográfica chamada Ocidente” (SOUZA, 1996:5).

Conforme exposto, a categoria Ocidente não pode ser compreendida sozinha. A tríade Ocidente – Capitalismo – Modernidade é formada por elementos indissociáveis entre si, os quais são essenciais para compreender o atual momento histórico como um processo em construção (noção de devir), assim como o é a noção de desenvolvimento

na visão de mundo 'ocidentalizada'. Construção histórica da Modernidade e fruto da formação do sistema-mundo capitalista, a noção de Ocidente se constituiu como hegemônica através de discursos e representações, as quais são (e também escondem) relações de poder. Formam-se, assim, novas escalas de poder e hegemonia, intensificando a hierarquização.

Estamos tratando, portanto, da produção do espaço em sua relação direta com a cultura. No contexto cultural da modernidade, surgem novas concepções de natureza, tempo e espaço, dando ênfase à racionalidade técnica sob a visão econômica. Inclusive, é daí que se originam as concepções fechadas de desenvolvimento somente sob o viés econômico.

Nesse sentido, cabe discutir a relevância do advento da técnica (techné) para a construção histórica da referida tríade, assim como pensar o desenvolvimento para além do progresso técnico como objetivo-fim (tautologia) da vida humana.

Para tanto, a obra de Cornelius Castoriadis é imprescindível. No volume II da coletânea 'As encruzilhadas do labirinto', intitulado 'Os domínios do homem', o autor resgata diversos filósofos europeus, como Hegel e seu projeto de racionalização do tempo para debater a concepção de modernidade e coloca a técnica moderna como veículo de ilusão de onipotência.

Foi somente durante o Iluminismo – a Era da Razão – que surgiu a associação direta entre razão e ciência (racionalidade científica) como possibilidade de intervenção no meio natural com o claro e manifesto objetivo de melhoria das condições de vida da sociedade: a noção de progresso (SCHECH E HAGGIS, 2003, p.4). Citando Michel Foucault, Stuart Hall demonstra como poder e discurso são intrínsecos um ao outro:

Deveríamos admitir que poder produz conhecimento... Que poder e conhecimento implicam um ao outro diretamente; que não há relação de poder sem uma constituição correlativa de um campo de conhecimento, nem qualquer conhecimento que não pressuponha ou constitua... relações de poder. (Foucault 1980:27 apud Hall 2002:62, tradução nossa).

Esta passagem de Michel Foucault também nos auxilia a compreender o poder do discurso construído a respeito da violência na cidade do Rio de Janeiro, conforme esclarecido no capítulo 1. Do mesmo modo, nos atende no que concerne aos objetivos específicos do presente capítulo, afinal, os efeitos da OSP sempre são apresentados em seu favor, propagandeando o projeto sem indicar suas carências. A sua presença se faz dialeticamente presente e ausente.

Com isso, desejamos indicar que a Operação Segurança Presente não apenas se faz presente nas quatro áreas destacadas em nossa análise¹⁴, mas também ausente em grande parte da cidade do Rio de Janeiro, que, não contemplada pela Operação, ainda apresenta altos índices de criminalidade e, portanto, de insegurança.

Retornando à questão do desenvolvimento, é importante frisar que não visamos negar a importância da melhoria nas condições gerais de vida da população mundial. Isto é, a crítica realizada por Castoriadis à modernidade e sua associada noção de desenvolvimento não visa à sua negação, mas sim à sua incorporação à noção de autonomia e também à sua proposta de concepção aberta da História e do futuro como porvir.

Considerando que a noção de desenvolvimento está profundamente associada à modernidade, cabe questionar se há sentido em pensar – e como seria – esta noção fora do capitalismo. Tendo em vista a relação íntima entre (a produção do) espaço e a (produção da) sociedade, surge uma questão: é possível pensar uma espacialidade autônoma, seja esta ligada ou não à heteronomia capitalista?

A ideia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva, ou consciente e explícito autogoverno de uma sociedade dada (...); e autonomia individual, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e conhecimento de causa (...). Mais que interdependentes, autonomia individual e coletiva são, com efeito, dois lados de uma mesma moeda. O inverso da autonomia, a heteronomia, corresponde a uma situação onde as leis que regem a vida de uma coletividade são impostas a alguns, via de regra a maioria, por outros, via de

¹⁴ Referimos-nos ao Aterro do Flamengo, Centro, Lagoa Rodrigo de Freitas e Méier.

regra uma minoria, nos marcos de uma assimetria de poder, de uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos. (SOUZA, 2000, p. 76).

Souza (1996; 2000) resgata a discussão sobre o princípio da autonomia em detrimento da construção teórico-conceitual economicista da noção de desenvolvimento. Destaca que, para não cair em generalizações ou abstrações, deve considerar sempre os limites pessoais do analista, assim como as escalas de análise. Portanto, as especificidades do presente. Podemos relacionar tal afirmativa com a tríade Ocidente – Capitalismo – Modernidade, conforme o primeiro momento, e também com a matriz cultural da categoria desenvolvimento.

Se partirmos do pressuposto que para cada momento histórico há uma geografia que lhe dê sustentação, devemos compreender a sociedade e o espaço como criações históricas. Desse modo, observaremos que a produção da cultura assume diferentes aspectos nas mais variadas escalas espaço temporais, e este processo complexo é interpretado diferentemente pelas escolas de pensamento.

A ação ou o efeito de desenvolver (-se) possui características processuais. Sua definição parte do pressuposto da saída de um ponto ao outro, com mudanças perceptíveis e pretensamente positivas, conforme identificadas por alguns de seus sinônimos mais aplicados, como crescimento ou progresso.

O desenvolvimento não está ligado exclusivamente ao capitalismo, portanto, não devemos desmerecê-lo, nem mesmo em sua dimensão economicista, pois mesmo esta leva em consideração a matriz cultural, afinal, está culturalmente enraizada na entidade histórico-geográfica denominada Ocidente (ou cultura greco-ocidental, como prefere Cornelius Castoriadis), na qual é vista como essencialmente econômica.

Sabemos que a dimensão econômica toma maior importância a ponto de sobredeterminar as demais dimensões no momento histórico em que vivemos, de plena expansão do capitalismo, mas de forma alguma limita-se a ela. Exemplo claro disto é a definição das áreas de atuação da Operação Segurança Presente (Figura 1). Enquanto o Centro e o Méier

são centralidades que concentram comércio e serviços, o Aterro do Flamengo e a Lagoa Rodrigo de Freitas destacam-se por serem áreas turísticas e de lazer. Em entrevista citada pela Agência de Jornalismo Pública, o gerente de relações sindicais da Fecomércio, Marcelo Novais, justificou o investimento em segurança por parte da federação (formada por sessenta e um sindicatos patronais do estado do Rio de Janeiro) afirmando que “A Fecomércio decidiu tomar para si o assunto da segurança porque, se o cidadão não tiver sensação de segurança, não vai sair mais. E tirar o consumidor da rua provoca perdas para o comércio”¹⁵.

É evidente que, em uma sociedade capitalista, a lógica empresarial seja sempre o lucro. No imaginário social hegemônico, a identificação do desenvolvimento com crescimento econômico e progresso técnico surge a partir do momento histórico de revolução filosófica denominado Iluminismo, inaugurando formas de pensar e agir inéditas. O que precisamos destacar, inclusive como relevante desdobramento (específico) da Operação Segurança Presente, é a provisão de segurança por um ente privado visando atender a interesses majoritariamente privados, porém travestidos de interesses públicos e comuns a todos. Afinal, no presente momento histórico, a noção de segurança também assume relevância para a questão do desenvolvimento.

Não teria interesse nem sentido tentar explicar ‘casualmente’ a ascensão do racionalismo ocidental através da expansão da burguesia, ou vice-versa. Temos de considerar estes dois processos: de um lado, a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova ‘ideia’, a ideia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, *de fato*, o objetivo central da vida humana. Esta ‘ideia’ é o que eu chamo uma *significação imaginária social*. A ela correspondem novas atitudes, valores e normas, uma definição social da realidade e do ser. (CASTORIADIS, 1987: 149; grifos do autor).

Não buscamos, aqui, realizar um levantamento das matrizes do pensamento iluminista ou expor sua íntima relação com os processos de expansão da burguesia, de mundialização da economia e de

¹⁵ <https://apublica.org/2016/02/operacao-policial-financiada-por-empresarios-cariocas-mira-moradores-de-rua/>

ocidentalização do mundo. Visamos compreender a ideia de desenvolvimento como movimento do e no espaço. “Do espaço”, mas não do espaço por si mesmo, e sim de uma sociedade espacializada. A ideia de desenvolvimento como movimento atravessa toda a dissertação.

Assim sendo, cabe investigar os processos que originaram e que ainda hoje dão sustentação à matriz cultural do desenvolvimento: a tríade Ocidente – Capitalismo – Modernidade.

A Modernidade marca um período de cisão histórica por diversos fatores: a mundialização da sociedade burguesa; surgimento de novas concepções sobre a natureza (vista agora como recurso a ser utilizado para alcançar o progresso técnico e o crescimento econômico pretendido na sociedade burguesa); formação de novas escalas de poder; entre outros.

Assim, observamos que o processo de desenvolvimento social da cultura moderna não poderia jamais estar dissociado do modo de produção capitalista e de sua expansão planetária. Conforme nos indica Castoriadis (1987:149), a expansão da burguesia (e, portanto, do capitalismo) está profundamente ligada aos ideais da Modernidade.

Surge, nesse contexto, a ideia de Ocidente. Diz respeito a uma metáfora, referente ao modo civilizatório característico do capitalismo, não a um posicionamento astronômico, mas histórico-geográfico. Afinal, a organização do espaço segundo lógicas e práticas hegemônicas manifesta-se desigualmente em todo o mundo. Se expressa pela desigualdade acentuada das relações sociais, nas mais variadas escalas. Particularidades locais convivem conflituosamente (e muitas vezes são incorporadas ou mesmo suplantadas) pelas práticas espaciais hegemônicas. Afinal, o ‘resto’ também está presente no Ocidente (HALL, 2002).

“O modelo da modernidade-mundo é extremamente reproduzível fora do Ocidente; *não é, contudo, generalizável.*” (CHESNEAUX, 1996:75, grifos do autor).

O processo de ocidentalização do mundo é multidimensional – econômico, político, social e cultural – e multiescalar – transitando entre a escala global e as mais distintas escalas locais. Manifesta-se desigual e contraditoriamente em todo o planeta, homogeneizando valores, práticas espaciais e modos de vida tradicionais conflituosamente. Advento da globalização da economia, este processo se intensificou muito após a Segunda Guerra Mundial. Não cabe, no momento, tratar de especificidades histórico-geográficas, mas não poderíamos deixar de ressaltar sua existência e relevância.

Inicialmente pensada por Karl Marx para descrever o processo de trabalho, a tríade processual homogeneização – hierarquização – fragmentação possui grande potencial explicativo, como nos demonstra Henri Lefebvre ao aplicá-la em sua definição de produção do espaço. Acreditamos que a mesma nos ajude, inclusive, a destrinchar melhor os elementos da tríade Ocidente – Capitalismo – Modernidade.

A pretensão do capitalismo é tornar-se hegemônico, e sob sua regência, tudo se torna mercadoria – portanto, homogêneo. Entretanto, podemos facilmente constatar diferenciações e desigualizações nas mais variadas escalas de análise: a expansão capitalista não se dá sem conflitos. Observamos, aí, os processos de hierarquização e também de fragmentação.

Malgrado sua pretensão à hegemonia, os fluxos econômicos mundiais não tem o campo totalmente livre. Devem dar-se conta das resistências que lhes fazem oposição: o 'local', a saber, as estruturas políticas, os modos coletivos de vida, situações herdadas da história. (CHESNEAUX, 1996:79).

Inauguram-se, assim, novas relações espaço temporais nas múltiplas escalas. Discutindo a evolução dos meios de transporte e comunicação e os desenvolvimentos geográficos desiguais (foco do nosso segundo momento de análise), David Harvey (2016:140) demonstra como os custos de produção podem diminuir consideravelmente com o processo de expansão geográfica. É o que o autor, em outras obras, denominou 'compressão espaço-tempo' ou mesmo 'anulação do espaço pelo tempo' (HARVEY, 2006).

Tal afirmativa tem, sem dúvida, forte embasamento marxista. Afinal, ao propor interpretação da obra de Marx (especificamente sobre as leis gerais do desenvolvimento da sociedade capitalista à sua época, mas que permanecem), Lukács identificou três tendências gerais: o recuo das barreiras naturais; a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria (portanto, do valor) a partir do aumento das forças produtivas do trabalho; a conformação do gênero humano (BONENTE, 2011:11).

As tendências gerais da sociedade capitalista respeitam as leis gerais de desenvolvimento da sociedade: a historicidade e a desigualdade do desenvolvimento. Bonente (2011) realiza importante discussão no âmbito econômico a respeito da aplicabilidade destas leis gerais, porém consideramos ser necessário complexificar a abordagem da autora.

Ao longo deste trabalho, buscamos sempre demonstrar, na realidade concreta, a integração entre espaço, tempo e desenvolvimento. Para tanto, devemos incorporar à historicidade e ao desenvolvimento desigual a noção de espacialidade – até mesmo para conceber a Economia em um sentido aberto. Assim, poderemos agregar o debate a respeito da cultura – sempre espacializada, numa dinâmica aberta.

Em consequência disso, é possível que impliquemos a impressão da valorização da abordagem teórica em detrimento da empírica, o que não se justifica em absoluto. A cidade do Rio de Janeiro apresenta-se como uma escala de análise imprescindível para a presente dissertação, mas buscamos analisá-la em conjunto com a escala global.

Devemos ter visão ampla e aberta, considerando a espacialidade e sua multidimensionalidade na análise da lei geral do desenvolvimento desigual, a qual foi reinterpretada inúmeras vezes por autores de base marxista. Portanto, é imprescindível que consideremos a matriz cultural do desenvolvimento em nossa análise.

Interpretamos o capitalismo como processo civilizatório, atravessando todos os momentos e aspectos da vida. Não apenas como modo de produção, mas como um modo incontrolável de controle

sociometabólico (MESZÁROS, 2002:96). Analisando a dinâmica capitalista, podemos falar em contradições, choques e tensões entre seus atores, agentes e especificidades histórico-geográficas. Além dos atores sociais hegemônicos, devemos reconhecer outras e novas possibilidades trazidas por movimentos sociais que questionam e lutam contra o desenvolvimento capitalista.

Pensando, nesse sentido, o nosso objeto de análise, consideramos necessário também discutir a questão da desmilitarização das polícias – justamente em contraposição ao modelo adotado na OSP e também em outros projetos de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro.

Desejamos indicar, com isso, que a explicação das causas da violência e de altos índices de criminalidade não podem ser considerados apenas uma mera consequência social do desenvolvimento desigual do capitalismo. A pobreza não explica por si só a criminalidade. Haesbaert (2014, p. 181) nos mostra como a precarização também se dá no âmbito territorial, portanto, relaciona diretamente precarização social, insegurança e exclusão territorial – portanto, poderíamos dizer que o processo de desterritorialização esmiuçado pelo autor aproxima-se da noção de desenvolvimento desigual.

O primeiro autor a propor com sucesso a aplicação da teoria do desenvolvimento desigual na Geografia foi Neil Smith, em sua principal obra, ‘Desenvolvimento desigual: Natureza, capital e a produção do espaço’ (1988). Neste livro, o autor nos fala da dialética da diferenciação e da igualização geográficas, demonstrando as tendências gerais do capital à acumulação, concentração e centralização e as relações complementares entre estas tendências, como quando afirma que “a concentração do social do capital é uma necessidade da acumulação ao mesmo tempo que uma premissa para ela” (SMITH, 1988:177). Ou ainda:

A concentração e a centralização do capital no ambiente construído dá-se de acordo com a lógica social inerente ao processo de acumulação de capital, e isto, como vimos anteriormente, leva a um nivelamento das diferenças naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica. (...) A divisão territorial do trabalho foi, com efeito, fortemente influenciada pela diferenciação natural da Terra, ou mesmo apoiada nela. Mas com o surgimento do

capitalismo, não foi somente a própria sociedade, mas também a relação da sociedade com a natureza que se revolucionou. (SMITH, 1988:158).

Com a citação acima, desejamos evidenciar a relação intrínseca entre as múltiplas dimensões que formam a(s) totalidade(s). Isto é, fica claro na obra de Smith que o movimento de transformação da sociedade – e também da natureza pela sociedade – foi revolucionário e inédito no modo de produção capitalista, expandindo-se para todo o mundo.

O autor ainda nos indica que o desenvolvimento desigual e o processo de diferenciação somente faz sentido no contexto capitalista: “(...) a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo.” (SMITH, 1988:151).

Entretanto, apesar de reconhecermos o valor inestimável da contribuição de Smith ao debate a respeito do desenvolvimento desigual na Geografia, temos uma crítica significativa à sua interpretação: o autor não alcança a compreensão de pluralidade trazida posteriormente por outros autores, como Harvey, que fala de desenvolvimentos geograficamente desiguais.

A aplicação da teoria do desenvolvimento desigual na Geografia também foi realizada por Soja. Apresentando sua concepção materialista da espacialidade, o autor afirma que:

Como um produto social, a espacialidade não é simplesmente uma extensão inócua dos processos históricos sobre a paisagem. (...) A espacialidade é social e historicamente produzida, tomada pela política e pela ideologia. Em sua verdadeira materialização, contudo, a espacialidade é também um produtor e reproduzidor de relações sociais. Sem dúvida, o desenvolvimento histórico do capitalismo pode ser visto como uma revelação sucessiva de espacialidades periodizadas de acordo com concretizações particulares do processo de trabalho, da valorização e desvalorização do capital, e das lutas políticas concomitantes entre e no interior das classes sociais – como um desenvolvimento desigual no espaço e no tempo. (SOJA, 1983:38).

As periodizações às quais se refere Soja podem ser interpretadas como tentativas de delimitação temporal, definidas de acordo com rupturas de continuidade destacadas pelo analista do processo, e o mesmo deve ocorrer com a delimitação espacial da análise. Ressaltamos

que as tensões manifestam-se desigualmente em todo o espaço, não somente nos rebatimentos espaciais ou temporais escolhidos.

A diferenciação das escalas não se dá ontologicamente. Pelo contrário, a produção das escalas é produto do processo de produção do espaço. Com isso, pretendemos afirmar que a escala é uma construção social e, assim sendo, seu processo de produção tem consequências materiais e imateriais. É um processo político, social e cultural inerente ao modo de produção capitalista, assim como o é a produção das diferenças – transformadas socialmente em desigualdades.

Seguindo o movimento iniciado por Neil Smith – e fortemente inspirado por ele –, David Harvey desenvolveu a ideia de desenvolvimento desigual na Geografia somando a ela a noção de pluralidade. Ao propor uma teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais, Harvey (2000:107) a separa didaticamente em dois componentes: a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica.

A produção de Neil Smith sobre a temática do desenvolvimento desigual na Geografia não se limita ao livro supracitado. Sallie Marston (2000) realiza apanhado geral sobre a obra do autor, destacando especialmente o debate a respeito das escalas. Do pensamento de Smith, Marston resgata, sobretudo, a noção de que, para compreender a política das escalas (maneira anti essencialista de interpretar a questão escalar), devem-se considerar igualmente os processos de reprodução social e de produção econômica formal do capitalismo.

Talvez uma das mais importantes ideias propostas por Neil Smith (2000) a respeito do conceito de escala seja a noção de ‘salto escalar’. Objetivando ir contra a reificação escalar – grande risco que ocorre quando se aplica a escala como categoria de análise –, o autor nos indica que lutas políticas ou relações de poder podem transitar entre escalas sem necessariamente passar pelas intermediárias. Para tanto, Smith usa o exemplo concreto dos moradores de rua estadunidenses que, com o

“Veículo dos sem-teto”, quebraram barreiras espaciais de possibilidade de locomoção para áreas mais distantes da cidade nas quais habitam.

A utilização que Marston faz do referencial teórico e conceitual fornecido por Smith acerca do conceito de escala atende às suas questões específicas. Contudo, destacamos aqui sua análise por possibilitar, também, que nós compreendamos melhor aquilo que foi proposto por Smith.

Segundo Marston (2000:233), a análise das relações sociais de produção é central para a compreensão do processo de construção social das escalas, o qual é fluido e contingente. Assim como demonstramos que a questão do desenvolvimento é multiescalar, também fica comprovada, aqui, sua multidimensionalidade. Afinal, sendo um construto social – assim como a escala – a noção de desenvolvimento jamais poderia prescindir de sua matriz cultural, assim como de sua dimensão política.

A tensão dialética entre fluidez e fixidez das escalas é um dos principais pontos debatidos por Moore (2008:205). O autor nos alerta para os riscos de confusão analítica e de reificação das escalas no momento de aplicação do conceito: nenhuma escala é fixa, como muito se interpreta a respeito da escala nacional, por exemplo – intimamente ligada ao conceito de desenvolvimento, quando se pensa no Estado-nação.

Retomando a obra de Smith, em movimento semelhante ao realizado por Marston, Moore destaca que, apesar da hierarquia existente entre a dimensão econômica e as demais no que tange à produção das escalas, estas são produzidas empiricamente. É desse modo que o autor indica que as escalas não são dadas ontologicamente, mas sim socialmente construídas.

Nesse sentido, e com o intuito de nos aproximarmos ainda mais da escala (socialmente construída) da OSP, resgatamos novamente a obra de Graham (2016), que atualiza a noção foucaultiana de ‘efeito bumerangue’. Assim como Foucault, o autor analisa a realidade europeia (conteúdo de sua análise), mas nos permite analisar o caso da cidade do

Rio de Janeiro devido à sua metodologia abrangente (forma de sua análise). É preciso ter em mente que, no primeiro momento de análise, Foucault estava discutindo o colonialismo. A aplicação de formas de controle e dominação da sociedade foram primeiramente impostas em colônias dos países centrais europeus. Indica, assim, “via dupla na circulação de ideias, técnicas e práticas de poder entre os núcleos metropolitanos dos poderes coloniais e os espaços das periferias colonizadas.” (GRAHAM, 2015, p. 68).

Ou seja, Graham (2015; 2016) atualiza a proposta de Foucault e aponta os principais aspectos – dentro do contexto do atual momento histórico do capitalismo, revestido de toda sua compreensão em torno da noção de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões – do novo urbanismo militar.

Junto com essa reconfiguração das geografias imaginárias e ideológicas das cidades, há uma nova economia política securitária em rápida expansão. Ela abarca complexos industriais transnacionais que se alastram fundindo empresas do ramo securitário e militar com empresas do ramo de tecnologia, vigilância e entretenimento; um amplo espectro de consultorias e indústrias que vendem soluções de segurança como balas de prata para problemas sociais complexos; e uma complexa massa de pensadores de segurança e de militarização que agora defendem que a guerra e a violência política estão amplamente centradas nos espaços e nos circuitos do cotidiano urbano. (GRAHAM, 2015, p. 70).

Faz parte, na realidade brasileira, dessa nova economia política securitária a Operação Segurança Presente. A dominação territorial por parte do Estado está longe de ser inédita na cidade do Rio de Janeiro, onde se reproduzem à exaustão exemplos de conflito entre polícia e/ou exército e o narcotráfico ou a milícia.

A lógica de militarização do espaço urbano na metrópole carioca costuma ocorrer nas áreas mais pobres e precárias, fato que está diretamente ligado à criminalização da pobreza. Discutimos esta questão anteriormente, no Capítulo 1, ao apresentar o caso das Unidades de Polícia Pacificadora. O ineditismo trazido pela Operação Segurança Presente, portanto, não é tão grande, pois se destaca, sobretudo, pelas áreas de atuação da Operação.

As estatísticas fornecidas pela Fecomércio-RJ¹⁶ são escassas, mas comprovam que a atuação visa apenas ao patrulhamento das áreas definidas e, portanto, à redução da criminalidade nestas áreas. Reforça a lógica de dominação territorial zonal, que não seria jamais capaz de resolver o problema da segurança pública em escala ampla, por se concentrar em determinadas áreas em detrimento de outras.

O destaque dado nas redes sociais que visam difundir – e fazer propaganda – a Operação Segurança Presente para o total de prisões realizadas (figura 6, abaixo) assevera ainda mais a lógica militarizada que orienta a segurança pública no Brasil. O sociólogo francês Loïc Wacquant, em variadas obras, indica “o deslocamento da atenção social do Estado para uma gestão penal da pobreza” (MALAGUTI BATISTA, 2015, p. 96). Com isso, o autor visa demonstrar como o projeto econômico e político tipicamente neoliberal transforma o Estado em Estado penal, que apresenta como característica fundamental o punitivismo, especialmente da população pobre.

¹⁶ Tivemos acesso apenas a dados amplamente divulgados pela internet, uma vez que a Fecomércio-RJ nos negou acesso ao seu banco de dados.



Figura 6: 'Prisômetro' da Operação Segurança Presente, divulgado nas redes sociais em 03 de abril de 2018. Fonte: Facebook, acesso em 06/04/2018.

Como afirmamos anteriormente, as estatísticas disponibilizadas pela Fecomércio-RJ ou mesmo pelo Instituto de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro (ISP) são poucas, mas indicam a redução de criminalidade nas áreas da OSP. Além disso, comprovam o que foi muito destacado em conversas informais em trabalhos de campo: houve considerável diminuição nos roubos a transeuntes, realizados, sobretudo, por jovens pobres armados com facas, barras de metal ou artefatos semelhantes e também no consumo de drogas ilícitas. Não conseguimos acesso a dados específicos que indiquem a diminuição ou aumento no número de roubos a veículos, porém habitantes do bairro do

Méier, localizado na zona Norte da Cidade, relatam que o número permanece elevado.

Operação / Estatística	Operação Aterro Presente	Operação Centro Presente	Operação Lagoa Presente	Operação Méier presente
Prisões	952	2128	664	841
Recaptura de foragidos	112	277	30	55
Acolhimentos voluntários de população em situação de rua / vulnerabilidade	406	4915	186	68
Roubo a transeunte: out./15 x out. 16	Diminuição de 90% (20 casos para 02)	Diminuição de 90% (135 casos para 14)	Diminuição de 100% (04 casos para 0)	Diminuição de 34% (36 casos para 24)
Roubo a transeunte: nov./15 x nov. 16	Diminuição de 94% (17 casos para 01)	Diminuição de 92% (153 casos para 12)	Diminuição de 33% (06 casos para 04)	Diminuição de 42% (43 casos para 25)
Roubo a transeunte: dez./15 x dez. 16	Diminuição de 40% (05 casos para 02)	Diminuição de 90% (116 casos para 09)	Diminuição de 60% (05 casos para 02)	Diminuição de 21% (28 casos para 22)

Tabela 1: Dados estatísticos da Operação Segurança Presente. Elaborada com base em dados a OSP divulgados no Facebook. Acesso em 06/04/2018.

Com a Tabela 1 (acima) desejamos destacar que a atuação da Operação Segurança Presente é supérflua para a questão da segurança

pública na cidade do Rio de Janeiro. É evidente e também significativa a diminuição da criminalidade nas quatro áreas em destaque, e este é um desdobramento importante da OSP. Inquestionavelmente a sensação de segurança aumentou nestas áreas, porém ao custo do controle e da vigilância da vida cotidiana. Somente houve diminuição da criminalidade devido ao policiamento ostensivo, o que é característica da militarização urbana.

Contudo, observamos como todo este esforço é insuficiente ao considerarmos uma escala mais ampla de análise. Naturalmente, sabemos que os graves problemas de segurança pública enfrentados no Rio de Janeiro e, em escala mais ampla, no Brasil, tem grande cunho social, histórico e também geográfico. Assim sendo, um projeto limitado de segurança pública – ainda mais sendo patrocinado por uma entidade privada e revestido por seus interesses próprios – jamais poderia resolver a questão.

Cabe, aqui, considerar as diferenças internas à cidade do Rio de Janeiro, especialmente entre as quatro áreas da Operação Segurança Presente. As formas de reprodução do capital são distintas nessas áreas, assim como são os problemas de segurança pública. No entanto, a solução apresentada como única – apesar de comprovadamente ineficaz – é a da militarização e do policiamento ostensivo. Neste sentido, é acirrado também o processo de homogeneização espacial, pois se apresenta uma solução conjunta para realidades distintas. Contudo, sabemos muito bem que a solução apresentada para uma localidade não necessariamente funciona em outras. E também que a um projeto de segurança pública sério deve atender a todas as localidades de acordo com as necessidades e prioridades específicas das mesmas, e não servir apenas a interesses econômicos das elites que por ventura o patrocine.

Um bom exemplo dos processos de fragmentação e hierarquização é a distinção do projeto de segurança pública no Grande Méier, formado por bairros da XIII Região Administrativa (contemplando quinze bairros da zona norte e 463.639 habitantes), dos quais apenas o Méier faz parte da OSP.

O bairro do Méier se localiza na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Ocupando uma área de 247,09 hectares e com 49.828 habitantes (IBGE, 2010), e pode ser considerado como uma localidade de classe média ou média-baixa. Caracteriza-se pela grande e variada oferta de comércio, de serviços e de transporte coletivo em sua principal via, a Rua Dias da Cruz, além do Shopping do Méier. Observa-se, no bairro, a relação complementar entre os dois circuitos da economia urbana no bairro (SANTOS, 2008). Após a efetivação da Operação Segurança Presente no bairro, com a diminuição significativa no número de assalto a pedestres (mas não a carros, conforme relatos de moradores em trabalhos de campo realizados na região), o comércio de rua se favoreceu em detrimento do comércio estritamente formal – ou de circuito superior.

No limite sul do Méier (e também na XIII Região Administrativa) localiza-se o bairro Lins de Vasconcelos, que se destaca negativamente ser uma das dez localidades com mais tiroteios na cidade do Rio entre julho de 2016 e julho de 2017, conforme a Figura 7 (abaixo). Entretanto, não recebe qualquer apoio da Operação Segurança Presente. Poderíamos dizer que, no bairro do Lins e também na maior parte da cidade do Rio de Janeiro, a segurança se faz ausente.

A ausência da presença do Estado nestas áreas, constituindo vácuos de poder, evidencia o esgotamento deste Estado, assim como sua incapacidade de atuação e resolução de questões fundamentais ao desenvolvimento social, como é o caso da provisão de segurança pública. Desse modo, surgem formas não institucionalizadas de domínio e controle destas áreas, seja pelo narcotráfico ou pelas milícias.

O foco da presente dissertação de mestrado é um projeto institucionalizado de segurança, a Operação Segurança Presente. Assim sendo, optamos por não aprofundarmos a temática das lógicas de segurança não institucionalizadas, muito presentes e atuantes em todo o estado do Rio de Janeiro. Contudo, não podemos deixar de considerá-las, uma vez que a OSP não pode ser descolada da realidade na qual está inserida. Justamente nesse sentido, cabe destacar que nenhuma das quatro áreas estudadas era conhecida pela atuação de grupos de

milicianos ou de narcotraficantes anteriormente à implantação da Operação.

Ranking dos bairros com mais tiroteios no Rio



	BAIRRO	TOTAL DE TIROTEIOS	TOTAL DE MORTOS
1	Alemão	225	38
2	Penha	200	25
3	Cidade de Deus	169	23
4	Copacabana	150	23
5	Tijuca	126	32
6	Maré	119	14
7	Praça Seca	117	13
8	Lins	102	10
9	Mangueira	96	6
10	Santa Teresa	86	21

Fonte: Aplicativo Fogo Cruzado / julho de 2016 - julho de 2017

Arte/UOL

Figura 7: Bairros com mais tiroteios entre julho de 2016 e julho de 2017 no Rio de Janeiro. Fonte: UOL. Acesso em 02/02/2018.

Sabemos que o número de tiroteios registrados é apenas um dos muitos indícios de violência urbana que poderíamos destacar. Optamos por utilizar esta estatística por duas razões: primeiramente, devido à surpreendente quantidade de tiroteios registrados em cada um dos bairros, o que nos ajuda a demonstrar que o discurso de medo propagado na cidade do Rio de Janeiro tem fundamento, apesar de seus interesses políticos por parte de certos grupos sociais; além disso, consideramos o fato de que os tiroteios afetam um grande número de pessoas, por impedir a passagem e circulação, o que também justifica sua repercussão midiática.

Entretanto, é preciso ter cuidado ao analisar os dados acima: a presença do bairro de Copacabana, localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e também destaque por sua significativa oferta de comércio e serviços (assim como é a área central do bairro do Méier), se deve à presença das favelas no bairro (Pavão-Pavãozinho e Ladeira dos Tabajaras).

Outro indício relevante para a questão da segurança pública é o número de assassinatos. Na Figura 8 (abaixo), consta mapeamento realizado através de levantamento do Projeto Fogo Cruzado, dos locais onde três ou mais civis foram mortos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2017. O Projeto Fogo Cruzado é uma plataforma digital colaborativa que foi fundado originalmente pela Anistia Internacional, da qual se desvinculou, com o objetivo de registrar índices de violência armada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Figura 8: "Locais com três civis mortos ou mais na Região Metropolitana [do Rio de Janeiro] em 2017", mapa do Projeto Fogo Cruzado. Fonte: Projeto Fogo Cruzado. Acesso em 03/02/2018.

É fácil constatar na Figura 8 (acima) que nenhuma das quatro localidades da OSP se destacou negativamente pelo número de assassinatos de civis no ano de 2017. Ao correlacionar estes dados com aqueles apresentados na tabela 1 (a respeito de dados gerais da OSP) em uma perspectiva multiescalar, podemos constatar que há uma diferença significativa no que concerne aos problemas de segurança enfrentados na cidade do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana.

A violência está presente tanto no imaginário quanto no cotidiano dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, porém os atinge de forma desigual. Na Zona Sul da Cidade, apenas na favela da Rocinha foram contabilizados três ou mais assassinatos de civis no ano de 2017. Nem mesmo os bairros de Copacabana (na Zona Sul) ou do Lins (Zona Norte), destaques negativos em relação ao número de tiroteios contabilizados, entraram para esta estatística.

Parece-nos inegável que a redução do roubo a transeuntes, principal estatística divulgada pela Fecomércio em relação à atuação da Operação Segurança Presente, é um efeito notável. Entretanto, questionamos veementemente o exercício de uma operação

individualizante e fragmentária, que se configura como um projeto de segurança privado, pois não atende aos interesses públicos ao prover segurança a localidades específicas. Não desejamos, aqui, indicar que as localidades nas quais a OSP atua não necessitem ou mereçam ter projetos de segurança pública, mas estes devem atender a uma escala mais ampla do município ou mesmo da região metropolitana (considerando as especificidades locais), caso pretendam realmente solucionar a questão para todos os habitantes da cidade, e não apenas os privilegiados de determinados bairros. Nesse sentido, vale enfatizar que a violência que a OSP visa combater é fruto de uma outra violência: a desigualdade cada vez maior da sociedade.

Ainda é preciso pontuar que não acreditamos na visão funcionalista da lógica da militarização urbana, a qual fragmenta o espaço e o hierarquiza. Nas considerações finais, à guisa de conclusão, buscaremos relacionar as noções de desenvolvimento e autonomia aqui tratadas, com a ideia de desmilitarização, seja das polícias, especificamente, ou da segurança pública em geral – e, de forma mais ambiciosa, do cotidiano e do espaço.

4. Considerações finais

A análise da produção do espaço urbano é imprescindível para a compreensão da configuração do estado das coisas no presente momento histórico. Mais especificamente, como buscamos demonstrar ao longo da presente dissertação, esta análise deve observar a relevância do processo de militarização urbana, que acabamos por considerar subsidiário do processo de metropolização do espaço, portanto, da produção do espaço no atual momento histórico.

Nesse sentido, optamos por começar a dissertação apresentando nosso embasamento teórico e metodológico, especialmente no que concerne à nossa abordagem da produção do espaço, a qual é aberta e múltipla, conforme expressa, principalmente, pelo filósofo francês Henri Lefebvre. Apropriamo-nos de sua abordagem aberta e plural, pois esta também serve como fundamento para a noção de metropolização do espaço, noção desenvolvida em anos recentes, sobretudo pela geógrafa brasileira Sandra Lencioni e que é o sustentáculo da presente dissertação.

Em relação à dimensão empírica – naturalmente indissociável da dimensão teórica – do processo analisado, foi nosso objetivo problematizar para melhor compreender a questão da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. Optamos por esta escala de análise e interpretação (e em alguns momentos tratando de Região Metropolitana, a qual não pode ser confundida com o processo de metropolização do espaço) por sabermos que a Operação Segurança Presente não se explica por ela mesma, mas sim conjuntamente com uma série de outros projetos de segurança pública em diferentes escalas de governo.

Realizamos tal trajeto teórico com o objetivo de poder retornar ao passado, analisando-o agora instruídos e aptos a identificar os processos que deram e dão sustentação ao presente momento histórico. Após este movimento, consideramos ser possível realizar alguns apontamentos sobre o futuro, sempre nos empenhando em entrever alternativas em busca de maior justiça social e espacial.

Após dissertarmos a respeito da implantação e atuação da Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro e sua influência para as lógicas de mercadificação, militarização e fragmentação espacial, enquanto componentes da metropolização do espaço, cabe apontar, à guisa de conclusão, alternativas a serem consideradas para a construção da autonomia em detrimento das atuais formas de domínio e controle cotidianas, perpetradas pelo estado de exceção em voga. Nesse sentido, retornamos à discussão sobre a desmilitarização da polícia:

As manifestações que tomaram as ruas de todo país trouxeram à tona um debate sobre a desmilitarização da polícia, por associar o uso da violência a um modo de solucionar problemas que ultrapassa os limites tolerados do uso da força. Uma análise mais cuidadosa apontaria para a necessidade de construir uma política pública de segurança concebendo-a como uma 'atividade eminentemente civil', o que implicaria, além da desvinculação da polícia e corpo de bombeiros das forças armadas, a revisão de regulamentos e procedimentos disciplinares em conformidade com as legislações nacionais e internacionais contemporâneas. (MIRANDA et al., 2014, p. 15)

Diversas são as propostas práticas para a desvinculação das polícias militares das Forças Armadas, com objetivos que certamente contribuiriam para uma melhor organização de um projeto conjunto de segurança pública. O antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, que já foi Secretário Nacional de Segurança Pública, indica que a primeira etapa para uma reforma do modelo policial "(...) seria a revogação da atual divisão do trabalho entre as instituições: uma investiga, a outra age ostensivamente sem investigar." (SOARES, 2015, p. 32).

Com isso, Soares critica radicalmente o modelo policial adotado no Brasil – e cuja lógica é diretamente reproduzida pela OSP: a Polícia Militar tem apenas a função de efetuar policiamento ostensivo, enquanto cabe à Polícia Civil as investigações.

De acordo com o autor, esta lógica – associada à exigência de produção de resultados – resulta em altos índices de aprisionamentos em flagrante, especialmente da população mais pobre, que comete delitos em pequena escala. Isto ocorre por meio da aplicação da política de combate ao tráfico de drogas e é alimentado e agravado pela significativa

desigualdade social (e também espacial, poderíamos acrescentar, pensando no sentido do direito à cidade) e pela ausência de políticas públicas que efetivamente a reduzam. Diversos autores denominam este processo de criminalização da pobreza, o qual está profundamente associado ao racismo.

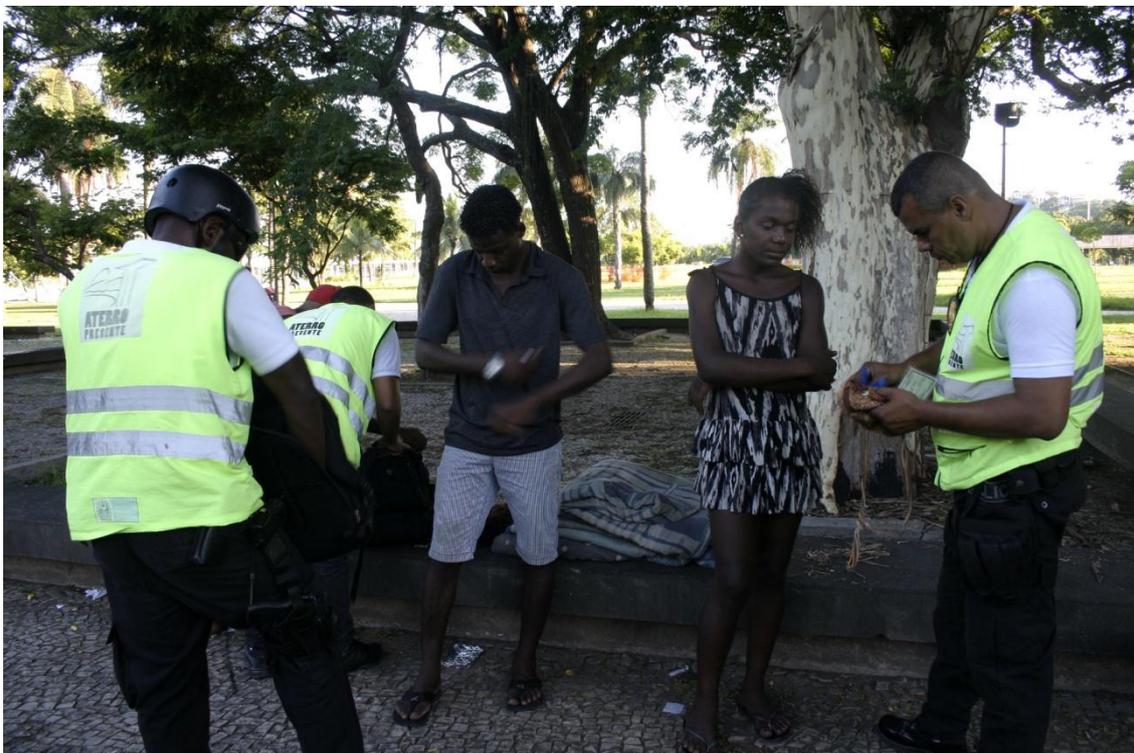


Figura 9: Três moradores de rua (negros e, evidentemente, pobres) são revistados por agentes do Aterro Presente por atividade suspeita. De acordo com a reportagem, foram encaminhados à delegacia por não estarem portando documentos de identificação no momento da abordagem policial. Mais uma evidência de racismo e criminalização da pobreza. Fonte: A Pública. Acesso em 28/08/2017.

A Juíza de Direito aposentada Maria Lucia Karam vai mais a fundo na questão ao afirmar que

muito mais que isso, a militarização das atividades policiais não é apenas uma questão de polícias. Não são apenas as polícias que precisam ser desmilitarizadas. Muito antes disso, é preciso afastar “a militarização ideológica da segurança pública”, amplamente tolerada e apoiada até mesmo por muitos dos que hoje falam em desmilitarização. (KARAM, 2015, p. 35).

Com isso, a autora visa indicar que a simples desvinculação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros às Forças Armadas – sem negar sua importância – não soluciona a questão da militarização, pois esta é mais abrangente e envolve a segurança pública em geral. Exemplo claro disto são as recorrentes e sucessivas intervenções militares federais na

própria cidade do Rio de Janeiro, que vêm ocorrendo desde meados da década de 1990, portanto, há mais de vinte anos, sem sucesso aparente¹⁷.

Em uma dimensão ainda mais abrangente, os franceses Pierre Dardot e Christian Laval buscam maneiras de enfrentar a racionalidade neoliberal e, dessa maneira, contrapor-se ao ímpeto capitalista de “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17).

Para tanto, apresentam nove proposições para a construção de uma política dos comuns. São elas: (1) a construção de uma política comum, na qual o comum surge como o princípio de transformação do social; (2) a contraposição do direito de uso à propriedade, portanto, contraposição entre valor de uso e valor de troca – em termos do filósofo francês Henri Lefebvre, conforme exposto no final do primeiro capítulo, também poderíamos indicar que cabe aqui a contraposição entre as noções de apropriação (associada ao valor de uso e da ‘ordem próxima’) e de dominação (muitas vezes ligada, por sua vez, à ‘ordem distante’ e ao valor de troca)¹⁸ (3) o comum como o princípio da emancipação do trabalho, reorganizando a divisão do trabalho em bases cooperativas em detrimento da (atual) fragmentação¹⁹; (4) a instituição da empresa comum, tornando-a uma instituição efetivamente social em substituição ao domínio do capital; (5) a associação na economia deve preparar a sociedade do comum, de acordo com os princípios da ‘economia social’; (6) o comum deve fundar a democracia social, com a valorização da

¹⁷ Referimos-nos à ‘Operação Rio’, deflagrada em 1994 e discutida por Maria Lucia Karam (2015), além de diversas outras intervenções federais militares, inclusive a iniciada em fevereiro de 2018.

¹⁸ É necessário fazer aqui a ressalva de que a associação direta entre dominação e a ordem distante deve ser realizada com muito cuidado por ser possivelmente simplificadora. Isto porque, para se realizar, a ordem distante opera com atores e agentes sociais do lugar.

¹⁹ Cabe lembrar aqui que a tríade processual homogeneização – hierarquização – fragmentação que utilizamos ao longo da presente dissertação para analisar a produção do espaço no atual momento histórico (LENCIONI, 2011; 2017) foi adaptada por Henri Lefebvre para tal fim, uma vez que foi originalmente pensada por Karl Marx para descrever o processo de trabalho. É no sentido de se contrapor a este processo que surge a terceira proposição política de Dardot e Laval (2017).

“participação política direta na decisão e na gestão do que é ‘posto em comum’” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 542); (7) os serviços públicos devem ser instituições do comum, pois estes devem funcionar efetivamente como instituições da sociedade, e não como instrumentos do Estado; (8) a instituição dos comuns mundiais, sem jamais negar a importância da autonomia a nível local, ou seja, do autogoverno de cada um; (9) a instituição de uma federação dos comuns – na perspectiva dos autores, apenas o pacto federativo possibilitaria a realização da proposição política anterior, ou seja, a autonomia dos governos na escala local (DARDOT; LAVAL. 2017).

É importante ressaltar, como fazem os autores, que a instituição do comum não deve seguir qualquer regra universal para realizar-se. Deve ser o próprio comum o princípio de transformação do social e do espacial.

No tocante à sétima proposição (de acordo com a qual os serviços públicos devem ser instituições do comum), os autores afirmam que:

A questão, portanto, é saber como transformar os serviços públicos para que eles passem a ser instituições do comum orientadas para os direitos de uso comum e governadas de forma democrática. Seria conceber o Estado não mais como uma gigantesca administração centralizada, mas, ao contrário, como o sumo garantidor dos *direitos fundamentais* dos cidadãos no que diz respeito à satisfação de necessidades consideradas coletivamente essenciais, enquanto a administração dos serviços seria entregue aos órgãos dos quais fariam parte não só representantes do Estado, mas também trabalhadores e usuários-cidadãos. (DARDOT; LAVAL, 2017, pp. 546-547).

Com essa passagem, desejamos indicar que nossas críticas à atuação do Estado se dão no âmbito de suas ações, as quais são marcadas profundamente pelo processo de militarização (das polícias, da segurança pública, do cotidiano e do espaço), que se apresenta como solução única para todos os problemas urbanos – e, no caso da OSP, para atender a demandas exclusivas da Fecomércio-RJ e dos habitantes de quatro localidades específicas.

Ou seja, Dardot e Laval (2017) nos permitem vislumbrar que a provisão de segurança pública para a população – serviço público inegavelmente essencial em qualquer cidade de médio ou grande porte

no mundo contemporâneo – pode (e deve) ser pensado como uma estratégia política comum para toda a sociedade, e não apenas para atender aos interesses escusos de um ou outro grupo social que o trate como um serviço privado e não público.

Ao sujeito está franqueado um sem-número de alternativas objetivas disponibilizadas pela realidade geográfica. Por mais que os sujeitos sejam condicionados por uma ordem social dominante que os reifique e que submeta suas forças criativas, tornando-os, portanto, sujeitos passivos, por analogia, a uma objetividade dirigida e ordenada que se erige pretensamente como verdade universal, há sempre a possibilidade de que os mesmos subvertam tais determinações. Ainda que essa contrapartida ocorra a partir de moderados gestos, eventualmente podendo incorrer grandes transformações e rupturas, o sujeito está fadado a transformar e ressignificar as estruturas objetivas a que está associado. (LIMA, 2014, p. 278).

Tendo como objetivo propor novas formas de compreensão do que é o sujeito na teoria social crítica, em especial na Geografia, o brasileiro Elias Lopes de Lima realiza importante discussão a respeito da práxis transformadora do espaço e da sociedade – nos auxiliando a pensar de que maneiras outros modos de existência podem perseverar, especialmente no contexto do meio técnico-científico informacional em que estamos inseridos, como nos aponta Milton Santos (2012). Para tanto, resgata a obra do francês Vidal de La Blache, consagrado geógrafo francês nos presenteou com importantes teorias e conceitos, como a noção de gênero de vida, a qual guarda íntima relação com a técnica como fator de transformação e de produção do espaço (LIMA, 2014, p. 275).

O crescente avanço da sociedade moderna urbano-industrial, atrelado à expansão de contradições do modo de produção capitalista a uma escala global, dificultaria a identificação dos gêneros de vida regrados pelas condições geográficas descritas por Vidal de La Blache e seus contemporâneos. (LIMA, 2014, p. 281).

Mesmo Lima, querendo retomar a obra de La Blache, reconhece a dificuldade de sua empreitada ao vislumbrar a complexidade que o sistema capitalista contemporâneo assumiu, denominado por Meszáros (2002) forma incontrolável de controle sociometabólico. Soma-se a isto o supracitado processo de homogeneização – hierarquização –

fragmentação do espaço, que dificulta ainda mais a identificação de gêneros de vida singulares.

O processo de metropolização do espaço assume as características de homogeneização, hierarquização e fragmentação, demandando novos modelos de interpretação da realidade e também de resolução de problemas e conflitos. Buscamos enfatizar as diferentes maneiras através das quais a política de segurança pública em grandes cidades ao redor do planeta vem se baseando em experiências militares em zonas de guerra – naquilo que Foucault denominou ‘efeito bumerangue’, conceito apropriado magistralmente por Stephen Graham (2015; 2016) e também desenvolvido ao longo da presente obra.

Acreditamos que, além de evidenciar a produção de novos conflitos e a reprodução de outros já existentes, a escala do processo de metropolização do espaço nos forneceu potencial explicativo e também propositivo para a compreensão e transformação da vida em sua dimensão cotidiana.

Optamos por resgatar as obras da dupla Pierre Dardot e Christian Laval e também de Elias de Lima nas considerações finais da presente dissertação por considerarmos que estes autores nos proporcionam a possibilidade de vislumbrar novos futuros para o espaço em que vivemos. Ao relacionarmos o espaço como esfera essencial para a possibilidade de existência da multiplicidade e a possibilidade de existência de gêneros de vida distintos daquele imposto pelo capitalismo neoliberal contemporâneo com as proposições políticas para a construção do comum, vislumbramos a possibilidade de transformação de a vida cotidiana associar-se com a sua compreensão – e, assim, completamos nossa análise dialética do processo de produção do espaço.

Nesse mesmo sentido – o de se contrapor à ordem hegemônica imposta, a da militarização urbana, Graham (2016) indica alguns pontos que formam o que chama de ‘contrageografias’. Primeiramente, o autor destaca a importância de se conhecer (mapear, representar, visualizar) as “geografias ocultas do novo urbanismo militar” (GRAHAM, 2016, p. 447),

movimento que buscamos realizar quando nos propusemos a investigar nosso objeto de estudo, a saber, a implantação e atuação da Operação Segurança Presente em quatro localidades distintas da cidade do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, a ‘justaposição’: o processo de indicação que as cidades – podemos também pensar em escalas mais reduzidas – não são territórios hostis e inimigos, mas sim espaços de convivência e encontro, habitados por seres humanos comuns. Somado a isto, uma terceira forma de ação seria a ‘apropriação’: como o próprio nome indica, trata-se da apropriação das tecnologias de vigilância e controle, aplicadas no novo urbanismo militar, para o uso reverso, ou seja, para atender aos interesses da ‘ordem próxima’.

Como nos esforçamos para demonstrar, a construção do imaginário social é de fundamental relevância para o sucesso da militarização do espaço. Assim sendo, Graham indica a importância de campanhas antimilitares de longo alcance como tática para reverter o processo em curso. É interessante considerar que estas podem ser de cunho acadêmico-científico ou mesmo satírico.

Por fim, o mais importante dos pontos elencados por Graham o aproxima das proposições políticas apresentadas por Dardot e Laval para a construção de uma política do comum: a necessidade de colaboração transnacional do antimilitarismo urbano, sem a qual não seria possível vislumbrar a realização das transformações pretendidas.

5. Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AGUIAR, João. Da dominação simbólico-ideológica (direta) da classe à dominação simbólico-ideológica (indireta) da classe. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme e MONTEIRO, Arakin. **Trabalho e sociabilidade**: perspectivas do capitalismo global. Bauru-SP, Canal 6 Editora, 2012, pp. 65-103.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

BRITO, Felipe; ROCHA DE OLIVEIRA, Pedro (orgs.). **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **O Mundo Fragmentado (Encruzilhadas do Labirinto III)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987-1992.

CASTORIADIS, Cornelius. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto II, os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. São Paulo, Expressão, 2014, pp. 191-229.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 53-74.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

FERREIRA, Alvaro. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 91-120.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. São Paulo, Expressão, 2014, pp. 29-69.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAHAM, Stephen. O bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar. IN: KUCINSKI et al (orgs). **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 67-73.

HAESBAERT, Rogério. Do telecontrole à “ocupação”: In-segurança e contenção territorial na metrópole carioca. IN: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 225-251.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Stuart. The West and the Rest. In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). **Development, a cultural studies reader**. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2002.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. Desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaço. IN: HARVEY, David. **Dezessete contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 139-152.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 14, n. 28, p. 8-39; 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: paz e terra, 2008.

HOBSBAWN, Eric J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KARAM, Maria Lucia. Violência, militarização e 'guerra às drogas'. IN: KUCINSKI et al (orgs). **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 33-38.

KOSIK, Karel. O mundo da pseudoconcreticidade e sua destruição; A totalidade concreta. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução do grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea" do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris, Édition Anthropos, 2000. Primeira versão, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução do grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea" do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris, Édition Anthropos, 2000. Primeira versão, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Trad. Margarida Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. Metrópole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial. **Argentina e Brasil: territórios em redefinição**. In: LENCIONI, Sandra e BLANCO, Jorge (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Consequência, 216, pp. 23-38.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. IN: FERREIRA, Alvaro ET al. (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17-34.

LENCIONI, Sandra. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. IN: LENCIONI, Sandra; VIDAL-KOPPMANN, Sonia; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (orgs.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 51-60.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LÖWY, Michael. **A teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado**, mimeo. s/d.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna e JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996, pp. 87-97.

MALAGUTI BATISTA, Vera. Estado de polícia. IN: KUCINSKI et al (orgs.). **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 91-96.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**: 2000; 24; 219

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. IN: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2000, pp. 176-185.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MEIRA, Fabio Bittencourt. Castoriadis (o instituinte) e a instituição. **XXXIV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 25-29 de setembro de 2010.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; AZEVEDO, Joelma de Souza; ROCHA, Talitha M. do Amaral (orgs). **Políticas públicas de segurança municipal: Guardas Municipais: saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOORE, Adam. Rethinking Scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, n. 32. 2008.

PICKERILL, Jenny e CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. *Progress in Human Geography*, n. 30. 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Faces ativas do urbano**: mutações num contexto de imobilismos. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*, Buenos Aires, Ed. CLACSO, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma Sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Volume 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHECH, Susanne; HAGGIS, Jane. **Culture and Development**, a critical introduction. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2003.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos do sem-teto e produção de escala geográfica. IN: ARANTES, A. (org.) **Espaço da diferença**. Campinas: Papyrus. 2000, p. 132-159.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? IN: KUCINSKI et al (orgs). **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 27-32.

SOARES, Marcus Rosa. A Contra-Ordem Sócio-Espacial e a Autonomia do Sujeito. UFF. 2011.

SOJA, Edward. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério Haesbaert da; SILVEIRA, Carmen. **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia / Programa de pós-graduação, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, p. 5-22. dez 1996. Laget/UFRJ. Relume/Dumará.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Planejamento e a Gestão das Cidades numa Perspectiva Autonomista. **Território**, n. 8, LAGET/UFRJ, p. 67-100, jan-jun. 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

Sites:

< <https://apublica.org/2016/02/operacao-policial-financiada-por-empresarios-cariocas-mira-moradores-de-rua/> >

< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811201040.htm> >

< <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1608500> >